

ATA DA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 25-3-2019.

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às vinte horas e quarenta e quatro minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19 (Processo nº 0044/19). Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por trinta e três votos SIM, após ser encaminhada à votação por Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e aprovada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 06 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por trinta e três votos SIM, após ser encaminhada à votação por Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Em face da aprovação da Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 06 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, o Presidente declarou parcialmente prejudicadas as Emendas nºs 12, 13 e 21. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 08 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por doze votos SIM e vinte e um votos NÃO, após ser

encaminhada à votação por Aírto Ferronato, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina e Não André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 09 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por treze votos SIM e vinte e três votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aírto Ferronato, Valter Nagelstein e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 10 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por doze votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 11 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por treze votos SIM e vinte e três votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Roberto Robaina, André Carús, Aírto Ferronato, João Carlos Nedel e Adeli Sell, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Em face da rejeição da Emenda nº 11 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, a

Presidente declarou parcialmente prejudicada a Emenda nº 12. Foi votada destacadamente e rejeitada, em sua parte não prejudicada, a Emenda nº 12 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por treze votos SIM e vinte e três votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Em face da rejeição da Emenda nº 12 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, a Presidente declarou prejudicada a Emenda nº 13. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 14 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por doze votos SIM e vinte e três votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Prof. Alex Fraga, Márcio Bins Ely, Idenir Cecchim, Karen Santos e Marcelo Sgarbossa, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 16 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por treze votos SIM e vinte e dois votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Roberto Robaina, Valter Nagelstein, Mauro Zacher, Adeli Sell, Prof. Alex Fraga e Valter Nagelstein, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 18 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por um voto SIM e trinta e quatro votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Mauro Zacher, Ricardo Gomes, Professor Wambert e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Felipe Camozzato e Não Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Engº

Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 19 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por treze votos SIM e vinte e três votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aírto Ferronato, Idenir Cecchim, Roberto Robaina, Ricardo Gomes, André Carús e Adeli Sell, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 20 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por vinte e três votos SIM e doze votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Marcelo Sgarbossa, Aírto Ferronato e Reginaldo Pujol, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em face da aprovação da Emenda nº 20 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, a Presidente declarou prejudicada a Emenda nº 22 e parcialmente prejudicada a Emenda nº 21. Foi votada destacadamente e rejeitada, em sua parte não prejudicada, a Emenda nº 21 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por quatorze votos SIM, vinte votos NÃO e duas ABSTENÇÕES, após ser encaminhada à votação por Cassiá Carpes e Valter Nagelstein, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, votado Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger e Valter Nagelstein. Foi aprovado o Projeto de

Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por vinte e quatro votos SIM e doze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Idenir Cecchim, Mauro Zacher, Roberto Robaina, Prof. Alex Fraga e Moisés Barboza, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foram apregoadas Declarações de Voto ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19 de Cláudio Janta e, conjuntamente, de Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Durante a Sessão, Valter Nagelstein, Ricardo Gomes e Mauro Pinheiro manifestaram-se acerca de assuntos diversos. À zero hora e quarenta e dois minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e Mônica Leal e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 20h44min: Esta sessão destina-se à continuação da apreciação do PLCE nº 002/19.

Havendo quórum passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0044/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 002/19, que altera o *caput* do art. 122, inclui o art. 37-A, §§ 3º e 4º ao art. 122, o art. 122-A, o art. 129-A e o parágrafo único ao art. 131, revoga os arts 79, 124, 125, 126, 127, 127-A, 129, 130 e 133 todos da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre; inclui o art. 39-A e revoga o art. 39 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002; revoga os §§1º e 2º do art. 43, os §§1º e 2º do art. 43-A, o art. 43-B e

o art. 43-C, da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 44, o art. 44-A e o art. 44-B da Lei nº 6.203, de 3 de outubro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 32, o art. 32-A, o art. 32-B da Lei nº 8.986, de 02 de outubro de 2002; os §§ 1º 2º do art. 45, o art. 45-A, o art. 45-B da Lei nº 6.310, de 28 de dezembro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 43-A, o art. 43- B da Lei nº 6.253, de 11 de novembro de 1988; e os §§ 1º e 2º do art. 32, o art. 32-A, art. 32-B da Lei nº 6151, de 13 de julho de 1988. (Alterações: gratificação/regime especial de trabalho; avanços; adicionais/15% e 25%; gratificação de função.)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, da Mensagem Retificativa e das Emendas nºs 01 a 17 e pela existência de óbice de natureza jurídica aos Substitutivos nºs 01 e 02; quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Mensagem Retificativa, e pela rejeição das Emendas nºs 01 a 17 e dos Substitutivos nºs 01 e 02.

Observações:

- Regime de Urgência;
- Com Emendas nºs 01 a 18;
- Com Substitutivos nºs 01 e 02;
- Com Mensagem Retificativa;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 28-02-19.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa noite, senhoras e senhores, já são agora 20h45min, eu subo à tribuna para encaminhar a votação da emenda de autoria do Ver. José Freitas, do Ver. Alvoní Medina, do PRB, do Ver. Hamilton Sossmeier, do PSC e do Ver. Cláudio Conceição; subo mais a título de esclarecimento para os colegas saberem o que está se passando e o que está sendo votado neste exato momento. A partir da proposta da Emenda nº 06, altera-se a redação do art. 5º, deste projeto, o PLCE nº 002/19, e coloca-se a incorporação dos valores da FG se o servidor já tem 2/3 da jornada de dez anos cumprida. Então, se ultrapassar dois terços desempenhando a função gratificada, ao final dos dez anos, o servidor, então, pode incorporar ao seu salário, aos seus vencimentos a remuneração da sua FG. Ou seja, ela cria, digamos assim, uma transição ao que o projeto pré-estipulava, portanto, suaviza um pouco o caráter nocivo para incorporação das funções gratificadas para os servidores públicos. Essa emenda tem a nossa aprovação, terá o nosso voto favorável.

Eu gostaria de, mais tarde, subir à tribuna e fazer o encaminhamento da Subemenda nº 01 a essa Emenda nº 06, que altera significativamente a redação e incorpora alguns outros elementos que agregam mais possibilidades a essa proposta legislativa. Então, a nossa bancada do PSOL votará favoravelmente à Emenda nº 06, porque ela diminui os danos ocasionados pela iniciativa do prefeito Nelson Marchezan Júnior em relação às carreiras dos servidores públicos desta Cidade. Boa noite.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 33 votos **SIM**.

Em votação a Subemenda nº 01, destacada, a Emenda nº 06 ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa noite senhoras e senhores, como eu havia explicitado anteriormente, a Emenda nº 06 permitia que os servidores que já tinham cumprido 2/3 do tempo de dez anos desempenhando a FG incorporassem ao seu salário, após o final dos dez anos, essa remuneração. A Subemenda nº 01 cria uma possibilidade de acúmulo em percentual ao longo do tempo. Para as pessoas que não estavam dentre aqueles que haviam já cumprido pelo menos 2/3, fica valendo, até o momento, a regra determinada pelo PLCE nº 002/19, que é da integralização da FG após 30 anos de serviço. A partir da Subemenda nº 01, que será votada neste momento, o servidor que cumprir a FG vai incorporar 4% a cada ano do exercício efetivo, integralizando, portanto, os 100% da FG aos seus vencimentos após 25 anos de salário.

Obviamente não é a redação que nós gostaríamos; nós gostaríamos, evidentemente, que fossem mantidas as atuais regras, mesmo porque, em troca de governo, muitos detentores de funções gratificadas perdem as suas funções, e esse acúmulo de dez anos não é algo tão fácil assim. Outro ponto a ser destacado é que o servidor em início de carreira, na maioria das vezes, não recebe FG, tem apenas percepção dessa função gratificada, desse exercício de algum cargo com maior responsabilidade, e, por isso, a percepção dessa gratificação, justamente quando tem maior conhecimento, maior experiência, podendo, então, gerenciar e trabalhar com grupos na função de coordenação. Mas 25 anos é quase uma vida inteira para a integralização dessa percepção, e, por isso, na nossa visão, 25 anos ainda é tempo demasiado para a incorporação desse rendimento. Mas, dentro da linha que eu havia explicitado anteriormente, pelo menos não é um ataque tão violento quanto o que estava se projetando pelo texto integral do PLCE nº 002/19. Portanto, encaminho, em nome da minha bancada, a votação favorável à Subemenda nº 01 à Emenda nº 06. Boa noite.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 06 ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 33 votos **SIM**. Ficam prejudicadas parcialmente as Emendas nº 12 e 13, quanto aos itens I e II, e a Emenda nº 21, quanto ao item IV e V.

Em votação a Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, hoje, pela legislação atual, o servidor público municipal quando se aposenta ele tem e leva consigo o que se chama de avanço-prêmio, ou seja, ele leva dois avanços para a aposentadoria. E na nossa Emenda nº 08, no sentido dessa transição, eu estou propondo que na aposentadoria o servidor levaria um avanço. Com isso nós fizemos uma transição de dois avanços para um. Acho que é de bom tamanho. Conto com o voto das senhoras e dos senhores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu venho conversando sobre esta emenda desde os primeiros momentos em que o projeto aqui chegou. Eu compreendo que é uma emenda interessante. Hoje o servidor público municipal tem sim, a cada 3 anos, um acréscimo de 5%. A proposta do Executivo sugere a cada 5 anos 3%, ou seja, uma redução bastante significativa. A minha Emenda nº 09 diz que acresce 5% no primeiro quinquênio até 2024, nós teríamos cinco anos, 5%; vejam que é menor do que a proposta do Executivo; no inc. II acresce 4% nos próximos 5 anos, até 31 de dezembro de 2028, e acréscimo de 3% por quinquênio a partir de 1º de janeiro de 2029. Nós faríamos uma transição bem melhor, mais adequada e, na minha opinião, mais correta do que uma modificação desse tamanho numa vez só. Vamos votar favorável a esta emenda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Vocês me perdoem, até porque as pessoas estão assistindo em casa, e, de novo, é uma guerra de versões. Estão assistindo inclusive a educação de vocês. Não existe isso em nenhum lugar, na União não tem mais, no Estado não tem mais, e o que nós estamos discutindo é isso aqui. Ver. Ferronato, o senhor é fazendário: 3 anos, 5%; mais 3 anos, mais 5%; mais 3 anos, mais 5%; mais 3 anos, mais 5%; portanto, se nós pegarmos 12 anos, para quem está nos ouvindo, são 20% de aumento sobre o básico. Então, o que eu tenho defendido é o seguinte: tanto não é carreira que, na época do PT, com o João Verle, era bimestralidade, a qual ele retirou. O João Verle não tirou a bimestralidade? Eu pergunto, Robaina: não havia bimestralidade com o João Verle? É possível a gente acreditar ou imaginar que, independentemente de qualquer coisa, e diferentemente de qualquer outra categoria, inclusive dos servidores públicos federais ou estaduais...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Não, não é carreira. Que possa haver aumento independente... A receita, por exemplo, se diminuir, aumenta igual à folha, tanto que, para quem está nos assistindo entenda, nos últimos dez anos em Porto Alegre, a inflação acumulada do período foi de 49% e o aumento da folha foi mais de 80%.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): É, sim. Então é isso! Agora, ninguém está dizendo aqui que na data-base, que é maio de cada ano, os trabalhadores da Prefeitura, como qualquer outra categoria laboral, não podem sentar com a administração e negociar o seguinte: olha, teve 2% de inflação nesse ano, teve 3%, nós queremos repor os 3% e queremos 1% de ganho real ou 2% de ganho real. Então, é disso que está se falando, e essa é a mentira das pessoas que invadiram a Câmara, que hoje, de novo, estão vinculadas ao sindicato e estão repetindo a mesma narrativa. De novo, nós estamos dizendo aqui, Ver.^a Karen, eu estava na Prefeitura no dia em que a senhora foi presa lá dentro. Lembra, não é? Quando quebraram a porta e entraram. Quebraram a porta, os *black blocs*, aquele dia, no protesto... (Pausa.) Não, eu não sei o que é esse gesto aí. Então, não tem como ter uma política de reajuste automático, é disso que nós estamos falando. É disso que nós estamos falando. A Casa é do povo, sem dúvida, e a Casa tem regras. Então é só isso, para deixar bem claro: na data-base, como qualquer outra categoria profissional, tem que sentar à mesa de negociação, tem que obter a sua reposição de acordo com critérios que sirvam ao interesse da sociedade. Se nós vivermos uma recessão, se nós estivermos vivendo uma crise econômica, se os repasses – Ver. Ferronato, o senhor que entende disso – do FPM, que é o Fundo de Participação dos Municípios estiverem decaindo, se os repasses relativos ao ICMS estiverem decaindo, não tem como nós garantirmos que o salário do serviço público esteja deslocado disso! São questões que precisamos, necessariamente,

que estejam todas se conectando, e é disso que nós estamos tratando hoje aqui. Não é ataque à carreira, não é ataque a nada disso; as carreiras vão continuar, inclusive com a reposição da questão da inflação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa noite, senhoras e senhores. Eu subo à tribuna pelo meu partido, o PSOL, para tentar esclarecer para o Ver. Valter Nagelstein que não estava na audiência pública da quinta-feira passada, até às 22h30min, então o senhor não deve ter prestado atenção na exposição que fez o Sr. Daniel Rigon, em nome do governo. Se o senhor prestou atenção, analisou a exposição que ele trouxe para esta Casa Legislativa – e foi a única voz que se ouviu do governo, a do secretário adjunto –, ele, nas suas exposições, colocou que ainda são mantidos os triênios no Estado. O que houve foi uma redução do percentual de 5% para 3%, e isso o próprio secretário adjunto trouxe para argumentar e defender a intenção do governo de transformar triênios para quinquênios. Portanto, não cabe o que foi defendido pelo Ver. Valter Nagelstein de que isso não existe mais no Estado, que acabou. Não acabou, o Estado continua com a percepção de triênios, o que houve foi uma redução de percentual de 5% para 3%. O prefeito propõe que, de imediato, nós tenhamos a mudança de triênios para quinquênios e o Ver. Aírto Ferronato traz como proposta para esta Casa Legislativa, mais uma vez, uma ideia de transição para que, paulatinamente, os triênios sejam substituídos por quinquênios, que valeriam para 2029. Mais uma vez, não é uma proposta que nós gostemos, a nossa bancada não gosta dessa ideia de mudar a percepção dos trabalhadores, porque sabemos que os salários de início de carreira são muito baixos e o que é atrativo na verdade é a perspectiva de uma carreira longa, 30 anos, 40 anos a serviço da população de Porto Alegre. Isso torna atrativo ser servidor público desta Cidade e não os vencimentos iniciais. Com a substituição dessas progressões temporais, nós vamos ter o achatamento dessas carreiras e justamente, talvez, a fuga de bons quadros de pessoas capacitadas que não verão o serviço público como uma alternativa boa para as suas vidas laborais. Ou seja, tudo que nós queremos, ou pelo menos o que eu quero, que é uma boa prestação de serviço público por uma pessoa capacitada, qualificada, pode começar a ser comprometido a partir desta proposição, deste projeto de lei.

Portanto, somos favoráveis à iniciativa do Ver. Aírto Ferronato que estipula o modelo de transição. A Emenda nº 09, Ver. Aírto Ferronato, tem os méritos nesses quesitos que eu acabei de explicitar, embora eu goste muito mais da proposição da Emenda nº 14, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. Mas apoiaremos a sua iniciativa que olha para essas pessoas, para os servidores desta Cidade como seres humanos que têm responsabilidades, que têm famílias, que têm despesas pessoais, e tudo que nós não

queremos é criar um caos entre essas pessoas com relação aos serviços públicos da nossa Cidade. Uma boa noite a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, a Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 11, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, população de Porto Alegre, aqui, mais uma vez, e o Ver. Ferronato, quem o conhece sabe que ele está fazendo um esforço de redução de danos. Se vocês observarem, vocês veem que o governo não está dando acordo sequer para as propostas do Ver. Ferronato. O governo não quer negociação, nem redução de danos. O governo quer aprovar o pacote que liquida carreiras, simples assim, este é o debate. Nesse acordo do MDB, PSDB, nesse acordo desse projeto autoritário, antipopular, neoliberal do partido do Aécio, do Temer e do Eliseu Padilha, nessa cúpula partidária que estão tentando enterrar a carreira aqui em Porto Alegre dos servidores.

A emenda do Ver. Ferronato é simples, ela mantém para os atuais servidores os adicionais de 15 e de 25%. A emenda do Ver. Aírto Ferronato até tem uma concessão grave, porque ela aceita, no final das contas, que para os concursados no futuro esse adicional termine, mas ela trata de preservar, pelo menos, os direitos adquiridos daqueles que fizeram o concurso, que passaram com uma determinada regra, e essa regra está sendo atacada por esse governo com a sua base, com a sua maioria ocasional aqui na Câmara de Vereadores.

Um apoio de uma minoria que, na verdade, distorce totalmente o que pensam os servidores, porque nós sabemos como foram tratados os servidores que vieram expressar os seus direitos, os seus interesses, foram tratados com bala de borracha, com gás lacrimogêneo, com repressão, impedidos de entrar na Câmara de Vereadores! Fizeram uma divisão falsa, uma meia dúzia ocuparam lugares que deveriam ser dos servidores, e não de gente que está aí a serviço dos vereadores que fazem parte da base deste governo autoritário! Então, aqueles vereadores, Conceição, PRB... PRB neste caso... PRB que eu saiba, o Ferronato depois pode usar a palavra, tinha uma emenda com esse conteúdo, exatamente com esse conteúdo. Eu espero que a gente possa contar com os votos do PRB, porque eles fizeram uma emenda com esse conteúdo. Se fizeram uma emenda com esse conteúdo, tem que votar na proposta do Ferronato, que não é uma proposta radical de esquerda, é uma proposta sensata de quem

está pensando em preservar direitos adquiridos. Então eu apelo aos vereadores que votem na emenda do Ver. Ferronato. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 11, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero aqui fazer algumas reflexões em cima da emenda do Ver. Ferronato, porque eu acredito que, com relação a esse tema, haja consenso aqui na Casa. Já houve uma manifestação do governo nessa direção, no sentido de que será enviado nos próximos meses um projeto de reestruturação da carreira, com o tempo adequado de debate, e aí haverá, sim, a participação dos vereadores, dos servidores, das diferentes categorias, mas isso não se pode prever na lei, mas nós vamos avançar nisso tenho certeza, e a nossa bancada do MDB será parceira.

Quero aqui fazer uma reflexão até recuperando da tribuna, que é onde nós temos a nossa fala garantida, inviolável e não deve ser desrespeitada, porque nós estamos aqui até este horário discutindo uma matéria que é importante para o futuro da Cidade. Essa guerra, que provoca uma cegueira e surdez proposital, Ver. Valter, é que tem nos levado para o fundo do poço. Esse diálogo que é negado é a prova cabal daqueles que são antidemocráticos. Esse tudo ou nada – ou rejeita ou aprova – é a demonstração de que não se quer diálogo. E o PT e o PSOL, muitas vezes, acabam tendo que vir aqui porque são incompetentes na articulação, junto com os outros partidos, tendo que justificar o Simpa, porque são aparelhos que eles mesmos manipulam no seio da sociedade. Nós temos que terminar com essa política feita com ódio maniqueísta de que de um lado está o bem e de outro lado está o mal, porque os nossos mandatos devem ter posição e devem ter transparência. Quando alguns órgãos de imprensa ou alguns colegas cobraram coerência nossa em relação ao projeto de 2017, eu quero dizer que, em 2017, era um projeto diferente e nós votamos contra, porque ele fazia previsão da exclusão integral do regime. Sobre os debates, Ver. Robaina, eu li as suas manifestações e eu também me manifestei a todos os veículos de imprensa que questionaram aquele pequeno episódio. Qual foi o meu comportamento? Minimizei, dizendo que não seria nenhum ataque pessoal e que se limitou a um pequeno debate político. A sua fala, qual foi? Que nós estamos numa aliança espúria, o MDB, com o PSDB, para atacar os servidores, projeto neoliberal... Não é isso, Robaina, nós estamos fazendo um debate político, respeito a sua posição, mas nós não vamos continuar nesse debate que não leva a lugar nenhum. Segundo, e para terminar, se nós não queremos fazer desse projeto... Uma vez que ele será aprovado, e tenho essa convicção, será aprovado, sim! Nós já aprovamos aqui a nossa Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 e aprovamos a Emenda nº 06 dos Vereadores José Freitas, Hamilton e Alvoni Medina. E o que diz a Emenda nº 06? Ela garante que o servidor que exerceu até 2/3 do tempo de

FG pode incorporá-la. Ah! Vão dizer aqui que nós estamos votando contra o servidor? Pelo amor de Deus! Isso é falácia, isso é discurso político, isso nos joga numa vala comum de responsabilidade. Nós vamos combater o crescimento vegetativo a exemplo do que ocorre na União e a exemplo do que outras cidades brasileiras já fizeram. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 11, destacada, ao PLCE nº 002/19, como autor.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, primeiro um parêntese, a manifestação final do Ver. Carús fala a exemplo do que ocorre na União e, anterior, que ocorre no Estado. Eu fui servidor público federal, também fui servidor público estadual e estou aqui na Câmara, de longe, sou também municipal. E é verdade. Acompanhando as coisas do serviço público, esses discursos que acontecem aqui e não acontecem lá, são argumentos que pesam, mas me desculpem aqueles que desconhecem o serviço público. Só que eles não conhecem, falam isso e uma parcela de parlamentares votam contra nossos interesses, porque não conhecem; desconhecem!

Na União, nós temos diversos níveis de letras a subir: A, depois B, depois C, o mérito, o tempo de serviço. Chega a subir oito, dez, doze patamares de 5%, ainda por cima. O Município tem muito pouco nível.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Mas não tem, hoje! Então, primeiro, me traga o plano de carreira! Por que, primeiro, retiramos todos os direitos mínimos que se tem e, depois, o plano? Então, não existe possibilidade de crescimento digno daquilo que se produz no Município. Eu já falei isso antes, na audiência pública, e falo agora: são posições e propostas de regras diferentes, é por isso que umas têm um tipo de ajuste e outras têm outros tipos.

E essa minha proposta, que temos consciência da dificuldade de aprovar, já que não se aprova nenhuma, ou quase nenhuma proposta de transição, pois radicalizemos e vamos pedir que essa proposta só seja aplicada aos novos. É isso que nós temos aí, tanto a 11, quanto a 12. E vou votar favorável. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 11, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Eu prometi falar muito pouco. No entanto, Ver. Robaina, V. Exa. veio aqui há pouco e ofendeu os participantes daquele lado lá. E ofendeu mesmo, porque eu vejo aqui membros da diretoria do Sindicâmara que merecem o nosso total respeito. Eu não admito que venham aqui ofender pessoas que estão aqui. Também não vou ofender vocês. Eu respeito vocês. E ele disse que estavam a serviço, e eu sei a serviço de quem vocês estão. Eu respeito. Nem sempre nós merecemos o respeito, mas eu lhes respeito. E exijo que respeitem, também, as pessoas que estão lá, quietas. Elas não estão sendo mal-educadas como muitos de vocês, mas eu respeito. Portanto, o Ver. Robaina deveria vir aqui pedir desculpas. O senhor ofendeu pessoas ilibadas aqui e disse que estavam a serviço... Eu não permito isso. Respeito a todos e exijo também respeito.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 11, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Mônica, vereadores e vereadoras, cidadãos e cidadãs, pasmem: acaba de sair, neste momento, uma edição especial do DOPA, Diário Oficial da Prefeitura de Porto Alegre, nove páginas onde o secretário de Educação, o inimitável secretário Adriano, listando nove páginas de professores que teriam faltado às aulas hoje, pedindo explicações. Este é o Diário Oficial de Porto Alegre. Cada qual que nos escuta neste momento tire suas conclusões. Eu não preciso falar desse assunto, as pessoas tiram suas conclusões. Eu vou falar do projeto, mas não poderia deixar de lhes comunicar, bem como comunicar à comunidade escolar de Porto Alegre como as coisas são tratadas. Ninguém pergunta por que faltaram, ninguém pergunta por que chegamos a essa situação.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Mas CC não bate ponto, gente!

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Se tem terceirizados na SAMU, que além de não baterem ponto, não trabalham – mas não perdem por esperar. Essa administração dizia que ia cortar metade dos CCs, já tem duzentos e trinta e poucos a mais do que a gestão Fortunati/Melo, é simples assim. Depois nós somos os radicais; não, não. Nós, por exemplo, votamos aqui, dispostos a discutir IPTU, mas o prefeito nos

chama e diz A; aí ele chama o empresariado e diz B. Em quem nós vamos acreditar? No prefeito? Ninguém mais pode acreditar. Agora, virão outros projetos. Nós votamos na emenda anterior. Mas qual é a segurança que nós temos de promessas vindas do Paço Municipal para melhorar o básico de algumas categorias, que é um desastre, menos que o mínimo? Nenhuma, absolutamente nenhuma. Para não lhes cansar, mostrei o Diário Oficial e, portanto, temos que nos explicar todos, mas nós vamos explicar para o povo, não dentro das escolas, como modificou a minha fala o vereador; nas ruas, nas praças, nos bairros. É simples assim. Sábados à tarde, domingos de manhã, vamos tomar os nossos cafezinhos, nossos mates com as pessoas das comunidades. E, aquilo que eles não fazem, nós faremos, luta política, institucional, sem medo de ser feliz e sem preguiça.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 11, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Após apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

Com relação à Emenda nº 12, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, os itens I e II estão prejudicados. Votam-se apenas os itens III e IV.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**. Em consequência, está prejudicada a Emenda nº 13.

Em votação a Emenda nº 14, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa noite, mais uma vez, senhoras e senhores, eu já adiantei um pouco o teor da Emenda nº 14, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, do PDT, quando estávamos em encaminhamento de votação da emenda do Ver. Aírto Ferronato. A diferença essencial entre essas duas, que justamente versam sobre a questão dos avanços temporais nas carreiras dos servidores públicos, é que a do Ver. Aírto Ferronato criava uma regra de transição; o Ver. Márcio Bins Ely propõe um novo regimento para os novos integrantes das carreiras municipais de Porto Alegre. Mantém, portanto, a percepção dos triênios para aqueles servidores que já estão em atividade, os já concursados, e transforma para os próximos postulantes aos cargos do serviço público da cidade de Porto Alegre a percepção, justamente, dos quinquênios. Essa proposta, de certa forma, contempla as intenções que o Executivo tem com relação à modificação desses quesitos no Estatuto do Servidor, porém, preserva o direito daqueles que já estão na ativa no serviço público, ou seja, dentro daquela ideia que muitos integrantes da base governista vendiam para a sociedade e para os veículos de comunicação de que este projeto era somente para os novos integrantes. A emenda do Ver. Márcio Bins Ely, então, ajusta na redação essa intenção; mantém como está para quem está na ativa, para os servidores antigos, e transforma ou modifica de triênios para quinquênios justamente para os novos concursados; portanto, essa emenda é mais uma

daquelas que minimiza os efeitos nocivos do projeto de lei. Não é do nosso pleno agrado esse tipo de iniciativa, porque nós acreditamos que a carreira dos servidores deveria ser única, com os mesmos direitos, as mesmas gratificações, tendo isonomia para aqueles que também ingressarão futuramente nos quadros do serviço público desta Cidade, mas, dentro da lógica de minimização dos efeitos deste projeto tão ruim e tão maléfico, nós, bancada do PSOL, vamos votar favoravelmente a essa iniciativa. Portanto, encaminho aqui o voto favorável da nossa bancada do PSOL à Emenda nº 14 do Ver. Márcio Bins Ely. Boa noite.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 14, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores...

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, peço silêncio. O Ver. Márcio Bins Ely está na tribuna e gostaria de fazer a sua fala.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Professor Wambert, quero apenas contextualizar, e agradeço a atenção do público. Acredito que essa emenda, conforme todas as nossas intervenções e a orientação do nosso partido, o sentido é de que pudéssemos garantir a atual situação da conjuntura da constituição que foi feita durante anos, preservando os direitos adquiridos pelo servidor, neste caso, como o projeto de lei do Executivo tem por objetivo reduzir para 3% o aumento dos quinquênios e dos triênios, transformar do quinquênio para triênio, e reduzir de 5% para 3%. Como esta emenda tem o objetivo manter os 5% e manter o *status quo* atual do atual serviço público, e não poderia ser diferente para os que ingressam. Então apresentamos uma emenda que altera o projeto de lei para que não sofra aqui uma sansão a emenda em sendo aprovada, ela não sofra uma sansão, e também para os novos, a gente altera a redação do projeto de lei do Executivo e passa para 5%, porque, no projeto inicial do Executivo, na redação que vem do projeto e na mensagem retificativa, ele reduz para 3%. Então, esse é o objetivo: manter a regra atual que vale para os atuais servidores de 5%, e para os que ingressarem também 5%, e alteramos o projeto de lei na sua essência para que não haja mecanismos, através de veto, derrubar aquilo que poderia ser constituído a partir da aprovação de uma emenda. Mas apesar de todo nosso esforço, do convencimento, entendendo que é oportuno, importante e necessário que haja essa valorização do servidor, nos parece que não teremos maioria para aprovar, mas apenas para contextualizar o que a gente entende que é importante este reconhecimento. É um incentivo sim ao servidor, é um reconhecimento que faz a

Cidade àqueles que estão lá na ponta prestando serviço público, é um aumento de 5% do salário depois de um período, triênio. Isso demonstra que existe uma política pública de um entendimento de que a professora que está lá na ponta, dando aula para os nossos filhos, enfermeiros, médicos que estão lá no posto de saúde atendendo aos nossos familiares, especialmente aqueles que mais precisam do serviço público; a iluminação pública, enfim, a Guarda Municipal, todos aqueles que prestam serviços para a comunidade porto-alegrense tenham o devido reconhecimento pela Cidade, é disso que nós estamos tratando. Então, a gente entende que não só nós devemos manter os 5% para os atuais servidores, mas também para os futuros, porque não seria justo, vamos dizer assim, nós mantermos 5% para os atuais e os que entrassem recebessem só 3%. Essa é a redação, é uma redação que amarra o texto e, em se aprovando a emenda, vale os 5% tanto para os atuais como para os futuros.

Portanto, para isso pedimos o entendimento deste plenário para que aprove a nossa emenda e que possamos, então, pelo menos, salvar uma parte do prejuízo total que está sendo gerado ao servidor e, pelo menos, nesse quesito manter o triênio de 5% para os atuais e para os futuros servidores. Era o que tinha. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 14, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, aos valentes das galerias que aqui estão, eu nem deveria subir nesta tribuna para defender uma emenda ou para atacar uma emenda. Só queria dizer para os servidores de Porto Alegre que, graças ao radicalismo dos partidos de oposição, os bravos servidores da cidade de Porto Alegre, muitas vezes, deixam de ganhar muitos avanços, o radicalismo. As pessoas que estão assistindo em casa estão ouvindo a torcida errada que está aqui e faz os funcionários públicos perderem os benefícios. Os radicais que aqui estão, tanto na galeria como no plenário, prejudicam os servidores de Porto Alegre, não sabem e não aceitam mesmo os votos de quem poderia votar, rejeitam apoios, se negam a ouvir a quem vem nesta tribuna que não fale a sua linguagem, só que isso diminuindo os votos e diminuindo a torcida. Nós acreditamos nos servidores de boa vontade, nos servidores que trabalham e que dão o suor do seu trabalho em benefício da população de Porto Alegre. A grande maioria não esteve aqui nem um dia. Esses bravos servidores de Porto Alegre estão nas suas repartições, trabalhando para a população. Esses, sim, estão trabalhando para a população. Então, muitas emendas que poderiam ser boas para os servidores foram rejeitadas a pedido da oposição e desta torcida. A pedido. Por quê? Porque senão deixaria de existir o sindicato; deixariam de existir entidades que vivem disso, que vivem da desgraça dos outros, e nós não vamos deixar os funcionários, os servidores de bem serem manipulados por poucos, por muito poucos. Então, servidores do Município de Porto

Alegre, vocês ainda têm aqui na Câmara quem defenda os seus direitos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 14, destacada, ao PLCE nº 002/19, pela oposição.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa noite, vereadoras, vereadores, pessoal presente ainda na Casa, acompanhando a nossa discussão. Não ia me inscrever, mas acho importante estar registrando aqui que foi muito colocada a importância do diálogo, de construção para minimamente ter mediações em relação a esse ataque brutal à carreira dos municipais, e agora a gente está vendo que as poucas emendas que tratam dos avanços nas carreiras dos municipais estão sendo radicalmente rejeitadas pela base do governo, que reivindica o diálogo e reivindica a construção, mas toda vez que sobe aqui na tribuna é para bater boca, é para desrespeitar os servidores que estão até a essa hora aqui nesta Casa, eles fazem questão desta Casa estar vazia para não precisar prestar contas à população do que vêm fazendo. Antes de tudo, os vereadores da base do governo tinham que vir aqui dar exemplo de não ficar rebaixando a nossa discussão política, porque vocês têm quórum, vocês têm voto, vocês não estão sabendo implementar esse projeto, mesmo tendo quantidade de votos aqui para fazer a votação do projeto do jeito que vocês querem, e vocês vêm ainda aqui na tribuna para desrespeitar não só os vereadores que estão aqui na Casa, como o Valter me desrespeitou. O Valter, que já tem a tradição nesta Casa de morrer pela boca, não sei que tipo de droga ele usou ou deixou de usar para subir aqui na tribuna para dizer que eu, inclusive, já fui presa. Inclusive retratação em relação a essa inverdade que o Ver. Valter falou, é importante que ele venha aqui fazer e explicar de onde ele tirou, da cabeça, dessa cachopa vazia, que já aconteceu algum tipo de situação de prisão relacionada ao meu nome. Eu, enquanto uma vereadora eleita, das poucas vereadoras mulheres dentro desta Casa, a única vereadora mulher negra, novamente, o Valter Nagelstein tem uma postura machista e racista, criminalizando quem já é historicamente criminalizado dentro desta Cidade. Então, vereadores da base do governo, a gente veio aqui pedir respeito e sensibilidade em relação a esses avanços.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 14, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Sra. Presidenta Mônica, a emenda assinada pelo Ver. Márcio Bins Ely é justamente aquilo que se colhia de alguns

vereadores, que respeitando o direito adquirido e entendendo que não poderia haver uma quebra no contrato feito quando do concurso público, porque se programaram, programaram as suas vidas, então a sua emenda dialoga nesse sentido. Mas eu ouvi, não nessa emenda, mas do próprio Ver. Valter aqui, quando fez o cálculo dos triênios, dos quinquênios. Então é aquela comparação que não tem sentido nenhum: comparar iniciativa privada com serviço público, Ver. Valter. Eu perguntaria qual trabalhador da iniciativa privada, ao entrar numa empresa, aceitaria ficar nela se, depois de 15, 20 ou mesmo cinco anos estivesse ganhando a mesma remuneração de quando entrou.

O vereador fala em data-base. O prefeito Marchezan já meteu a mão na remuneração dos servidores. Aproximadamente R\$ 300 milhões já foram retirados: em 2017, foram R\$ 2,8 milhões, foi a não concessão do reajuste; em 2018, foram 2,7 milhões; sem falar nos 3% a mais da questão previdenciária. A soma dá aproximadamente R\$ 300 milhões. Então o prefeito Marchezan, para esses vereadores que estão concordando com o projeto do governo, já mete a mão, já tira dos servidores; ao não reajustar, logicamente está retirando recursos, está contribuindo para a perda do poder de compra – o reajuste da inflação nada mais é do que isso, portanto está retirando. Alguns vereadores aqui sobem à tribuna e dizem que não haverá perda. Se você deixa de receber a inflação, é uma perda sim. Se você deixa de receber aquilo que estava previsto em lei, assumiu um compromisso, está financiando a sua casa ou tenha qualquer outra programação financeira... Isso é, sim, uma perda real para o servidor.

A Ver.^a Karen já tratou desse tema aqui. Estamos solidários, a gente sabe que já houve uma polêmica com você, inclusive quando o Ver. Valter, por você usar uma camiseta nos anos anteriores como suplente... Acho que nós temos que manter aqui um debate racional, e a questão das pessoas que nos acompanham do outro lado e as críticas feitas aos cargos de comissão acontecem, porque o prefeito Marchezan ganhou a eleição criminalizando os cargos em comissão, ele dizia que ia reduzir drasticamente o número de cargos, vinha na linha da criminalização. Os cargos em comissão são apelidados cargos de confiança, portanto, não há nenhuma criminalização quanto a isso; podemos discordar da quantidade, e o prefeito, que dizia que ia reduzir drasticamente, não o fez, então podemos discordar. Nós não estamos aqui numa linha criminalizante dos cargos em comissão e nem queremos colocar CCs contra servidores, não é esse o tema. Faço essa ressalva porque temos que ser todos parceiros. Mas aqui, repito, temos um prefeito que fez campanha falando de uma chamada reforma administrativa, que só atrapalhou o serviço da Prefeitura, e até hoje não se sabe qual é o departamento, qual é o setor que cuida de determinado assunto, e dizia que reduziria drasticamente o número de CCs, e não o fez. Então a nossa crítica é política em relação ao prefeito Marchezan. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 14, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Quem acompanhou a sessão, sabe que nós estamos fazendo um enorme esforço. Fizemos, continuamos fazendo, em primeiro lugar, para derrotar o pacote, para derrotar este projeto que é contra o serviço público; portanto, contra o povo de Porto Alegre, porque quem necessita do serviço público em geral é o povo! Os muito ricos não necessitam tanto do serviço público, quanto os trabalhadores e os pobres. Nós fizemos esse esforço, seguimos fazendo; fizemos também e estamos ainda fazendo um esforço de redução de danos. Infelizmente, quem conhece sabe que boa parte desse esforço o governo não tem atendido, derrotou agora a proposta do PDT, do Márcio Bins Ely; havia derrotado antes a proposta do Ver. Ferronato - dois vereadores que, em algum momento, votaram com o governo, ajudando-o em matérias importantes, não são dois vereadores que fazem oposição permanente ao governo. O governo não pode acusá-los, como tenta atribuir a nós esse tipo de oposição; de fato, temos feito uma oposição mais intransigente porque o governo, como eu disse antes, não soube fazer outra coisa em dois anos de mandato a não ser atacar o serviço público! Como o governo não sabe fazer outra coisa, e perde verbas destinadas ao DMAE, aceita terceirizações e processos, inclusive, fraudulentos, como nós tivemos no DEP; não teve nenhuma investigação a corrupção no DEP, nenhuma investigação em mais de dois anos de mandato do prefeito Marchezan. E a corrupção no DEP foi caso de polícia. Não é o PSOL ou o PT, é a polícia que diz. A emenda que eu trago, é uma emenda que, na verdade, expressa uma contrariedade a pontos fundamentais deste projeto, ela garante que o servidor, ao completar os 15 anos e os 25 anos, contados na forma dessa lei complementar, passará a perceber respectivamente a gratificação adicional de 15% e de 25%, quer dizer, nós defendemos isso durante todo o debate.

Então, tem várias questões que dizem respeito à tentativa de impedir a revogação de uma lei que foi construída com esforço enorme dos servidores públicos, e que foi construída num governo de um partido que não é propriamente de esquerda, porque, pelo que eu sei, o ex-prefeito João Antonio Dib não é de esquerda. E foi com o ex-prefeito João Antonio Dib que uma parte importante dessas leis foi construída, com o esforço desse prefeito – é preciso dizer: com esforço desse prefeito. Então, este projeto do prefeito Marchezan revoga uma série de leis que foram garantidas depois de uma ampla negociação e de uma elaboração de um plano sob o comando de um prefeito como João Antonio Dib. Eu trato de preservar, com esta emenda, planos de carreira específicos que estão sendo revogados, que estão sendo liquidados, como é o plano de carreira do DMAE, que é uma empresa que tem sido sucateada, apesar do esforço dos técnicos, dos engenheiros, às vezes, até da direção da empresa, que orienta o governo a fazer uma coisa, e o governo, rompendo a autonomia da autarquia, desobedece e provoca a falta d'água em Porto Alegre. Preserva o plano de carreira dos funcionários do Previmpa; preserva o plano de cargos do DEMHAB; preserva o plano de carreira do DMLU; e finalmente preserva o estatuto do magistério. Esse é o conteúdo dessa

emenda, que é uma emenda que, em essência, na verdade, tenta estabelecer uma outra política pública, que é uma política pública que preserva as conquistas, uma política pública que preserva uma elaboração exaustiva que não contou nesse comando com um prefeito de esquerda; contou, no comando na elaboração desse plano, com um prefeito de direita, mas era um prefeito de direita que respeitava o serviço público. Agora, nós temos uma direita que só quer acabar com ele. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores, vou começar pelo fim do seu discurso. Eu fui um presidente de direita, conservador, que não só respeitou como valorizou os servidores da Câmara da forma que a sua bancada não soube valorizar. Isso ninguém me tira! Ninguém me tira. E eu tenho muito orgulho. Portanto, não é aquilo que disse o Carús, desse radicalismo, que vai nos tirar os méritos que nós temos.

Vereadores, uma visão de Cidade, para quem está nos acompanhando: nós temos uma Cidade com 1,5 milhão de habitantes e com um orçamento de R\$ 7,5 bilhões, dos quais... Por favor...

Sra. Presidente, tem um rapaz ali que está sempre caminhando aqui pela Câmara, ele não me deixa falar nunca, eu queria que ele fosse identificado, por favor. Eu acho engraçado, gente, deixem-me dialogar com vocês. Pediram-me que eu escutasse quando o pessoal do PSOL fala, e vocês ficam quietinhos, mas vocês não me deixam desenvolver o raciocínio! Então, deixem-me desenvolver o meu raciocínio. A senhora assegure o meu tempo, por favor.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Não, eu não quero que o senhor deixe de caminhar, eu só quero que o senhor me deixe falar, é simples.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhoras e senhores, por favor, peço que se mantenham em silêncio, para que o Ver. Valter Nagelstein possa fazer a sua manifestação na tribuna.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado. Nós temos uma Cidade de 1,5 milhão de habitantes, como eu dizia, e um orçamento de R\$ 7,5 bilhões, Ver. Zacher. Desse recurso, R\$ 1,5 bilhão é aplicado em saúde, sustentam os nossos mais de duzentos e tantos postos, os hospitais públicos, vai um recurso para o Hospital Conceição, para o Hospital Cristo Redentor, para a rede que é atrelada à União. Nós temos 70 mil pessoas na rede municipal de educação, temos mais de 700

parques e praças, temos 5.600 paradas de ônibus e por aí vai, de uma Cidade que precisa ser mantida. Pois bem, desses R\$ 7,5 bilhões, para 1,5 milhão de porto-alegrenses, 50%, portanto R\$ 3 bilhões, são comprometidos com a folha. Cinquenta por cento disso são comprometidos com a folha, sobre o restante, tem que sobrar um pouco para o custeio da máquina, e sobra nada para investimento. Nada! Não quer dizer que tenhamos que construir – eu estou falando da minha visão de cidade – em cima da carreira do trabalhador ou do servidor. Ele precisa ser valorizado, ninguém tem dúvida sobre isso, vamos construir um plano de carreira efetivo, que não é o que tem hoje. Lá atrás eu cobreí da Rita de Cássia onde é que estava aquele plano de carreira que foi feito. Tinha um estudo que representava que, uma vez implementado, ia crescer em 8% a receita. O que nós não podemos fazer é comprometer um orçamento de R\$ 7,5 bilhões, Cássia, de uma população de 1,5 milhão de habitantes – de novo, com todo o respeito aos servidores –, mas com 30 mil servidores! Um bilhão de reais por ano, Ver. Bins Ely, o senhor fez uma proposta que, na verdade, a gente não ia mudar nada do que está discutindo aqui, estamos às 22h e não ia mudar nada. Um bilhão de reais é o déficit da previdência, e ninguém afasta isso, porque é um fato inafastável. Isso, meus companheiros, é o que é gasto hoje para tapar o buraco do fundo de partição do Previmpa, sendo que o capitalizado é superavitário, mas o capitalizado não pode se comunicar, não pode tirar dinheiro do capitalizado para botar... Então, a Prefeitura tem que aportar, além dos 50% desses R\$ 6 bilhões, porque eu estou tirando R\$ 1,5 bilhão da saúde, para atender...

E volto a dizer que o trabalhador tem que ser valorizado, sim, mas uma cidade precisa ter capacidade de, com justiça, fazer essa equação. Temos 1,5 milhão de habitantes que precisam ter paradas de ônibus, que precisam ter postos de saúde, que precisam ter bons hospitais, que precisam ter escolas, que precisam ter manutenção. Esse dinheiro, Ver. Mônica, não pode estar sendo comprometido quase que na sua totalidade com folha. A gente precisa, sem essas paixões, ter a capacidade de fazer essa discussão lúcida, tranquila para o futuro da nossa Cidade, embora esses radicais do Simpa não queiram estabelecer essa discussão. Porto Alegre precisa disso, cerca de 1,5 milhão de porto-alegrenses que estão nos assistindo neste momento na TVCâmara tem que ter consciência de que eles não podem ser reféns de 75 pessoas que estão aqui fazendo agitação dentro das galerias da Câmara. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 002/19.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Por favor, não é uma regra, tem vereador também que não se elege e que não é comprado. Não, eles já aqui disseram que não era para mim.

Ver. Valter, V. Exa. me fez voltar a esta tribuna, porque eu gostaria aqui de contradizer alguns números que V. Exa. registrou aqui na tribuna que não são os números que o Tribunal de Contas apresenta no seu *site*. Eu vou lhe trazer aqui os números. Em 2018, R\$ 2.216.565.607,23 de despesas com pessoal. Isso representa, Valter, 4,79% da receita líquida, que foi de R\$ 5.151.071.680,49, para ser exato com V. Exa. Então, vereador, eu sei que o debate aqui aflora, mas esses são números oficiais do Tribunal de Contas. Aliás, V. Exa. traz que falta R\$ 1 bilhão na previdência do Município. Olha, eu vou buscar essa informação, porque para mim é uma grande surpresa que nós temos um déficit de R\$ 1 bilhão na previdência do Município. Mas, como eu não tenho a exatidão desse número, eu vou buscar, para que a gente possa fazer um belo debate. Se alguém tiver essa informação para nos trazer, colabore, para que não fiquem informações... Mas eu quero lhe dizer sobre 2018. Aliás, vou passar isso para seu whatsapp, para que V. Exa. possa ter e verificar com a sua assessoria esse número oficial. O que compromete da receita líquida, que é o cálculo feito em nível de Lei de Responsabilidade Fiscal, é isso, 4,79%.

Mas eu quero registrar mais ainda, porque aqui tivemos um dia em que pudemos usar a tribuna, colocamos conceitualmente aquilo que a gente acha, as nossas convicções. Depois, Alexandre, por gentileza, me traga os números. Eu quero dizer para vocês que a Associação dos Servidores da Fazenda também nos trouxe números... É isto?

(Manifestação das galerias.)

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Estão misturando alhos com bugalhos, vereador. Nós vamos fazer esse debate.

Eu quero aproveitar para mostrar para quem acha que os servidores não cumprem a sua missão, e eu sei, conheço, fui secretário, sei da responsabilidade dos nossos servidores, tenho um carinho muito especial pela Fazenda do nosso Município, estava a Daniela aqui representando, estava o presidente Fernando, que sempre nos atualiza com informações, que tem garantido que o nosso Município possa enfrentar essa crise fiscal que nos pega, lá em 2014, que nos retira mais de R\$ 200 milhões do nosso orçamento... E a nossa Fazenda tem registrado, anualmente, um crescimento das receitas municipais, fruto do trabalho, do processo de informatização, da capacitação. Porto Alegre tem sido a Capital que tem conseguido avançar na dívida pública, é referência para o Brasil. Fruto do quê? Dos servidores que não cumprem a sua missão? Pelo contrário, são servidores que sabem muito bem a sua missão como servidores. Então, isso nos reforça a dizer àqueles vereadores que eu acho que ainda não estejam convencidos de que a nossa crise fiscal irá passar, basta o nosso País voltar a crescer, basta que Brasília consiga fazer os movimentos que têm que ser feitos para o País voltar a crescer e os municípios saiam dessa situação. E a nossa situação só não é ainda muito

pior – Valter, tu conheces bem a realidade, estou falando aqui para quem conhece, é o teu caso – porque a nossa Fazenda tem dado um belo exemplo de política de austeridade, de construção, buscando esses créditos que nós temos de dívida ativa, enfim. Falo isso porque esse é um dos argumentos para que não venhamos a aprovar esse projeto que retira direitos dos servidores. Deixo para um próximo momento mais contribuições.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Não sei se serei capaz de ser tão didático quanto o colega Mauro Zacher, mas vou tentar seguir na mesma esteira. Lembro que recentemente o pessoal da AIAMU, e tem aqui vários servidores, nos trouxe documentos e tem nos trazidos dados importantes sobre a arrecadação. O povo de Porto Alegre tem de saber que, até os primeiros dias deste ano, mais da metade da população de Porto Alegre pagou, em parcela única, o IPTU. O povo não tem desdém pela Cidade. Quem tem desdém pela Cidade é a administração municipal.

Sobre a questão do chamado déficit, podemos chamar, e eu vou chamar, vou propor que venha em comparecimento à Câmara o pessoal do Previmpa, para mostrar que o Previmpa tem R\$ 2 bilhões em aplicação. Onde está o déficit previdenciário do Previmpa? Outra coisa, esse déficit da previdência federal é balela. Misturaram as contas, gastaram o dinheiro da previdência em outras coisas. Misturam a questão da previdência com a questão da assistência. A Prefeitura diz que precisa poupar, mas quer gastar mais de R\$ 30 milhões em propaganda para dizer ao povo de Porto Alegre que as senhoras e senhores são relapsos, não cumprem com sua função. Agora, eu pergunto: é justo locar um prédio lindíssimo no Centro de Porto Alegre, pagando uma baba de aluguel, sendo que o prédio da SMIC está abandonado, sendo que o antigo CMET Paulo Freire abandonado? Qual é a justificativa? O Governo não iria cortar carros locados?

Pois o prefeito disse, dias atrás aqui, surrupiou uma proposição minha, porque ele tinha que fazer alguma coisa, aprovamos o projeto aqui da lei anticorrupção, o prefeito fez um decreto meia-boca para dizer que não podia aprovar e que tinha que vetar o meu projeto, lei aprovada por 32 vereadores presentes aqui. Só que eu vou fiscalizar, como sempre fiscalizo, os contratos com a Prefeitura. (Palmas.) Hoje se tem aqui, já disse de outra feita, os contratos da SAMU, mas eu tenho a relação de todos os contratos terceirizados, e é o fim da picada.

Então, o governo precisa aprender a escutar, o governo precisa dialogar, e, quando o governo nos pede para aprovar o projeto para cobrar a dívida ativa, nós demos os votos, por isso aumentou a arrecadação. Financiamento da Caixa, R\$ 120 milhões? Aprovamos. Mas o DEP perdeu 140... Vai perder 60 milhões do centro de eventos, vai perder dinheiro de verbas parlamentares porque não querem fazer as coisas que estamos propondo. Estamos de olho, estamos atentos. Como eu disse, essa batalha não terminará

no dia 25 de março. Amanhã é aniversário da Cidade, nós vamos lembrar as coisas boas que a cidade de Porto Alegre já teve. Fez-se o Viaduto Otávio Rocha em menos de cinco anos, na época em que se trabalhava com picaretas, e hoje as obras são intermináveis. Vamos fiscalizar, vamos fiscalizar a Ponte de Pedra: quanto dinheiro foi enterrado ali, e temos três anos com uma obra que não termina? A batalha não terminou e nem terminará tão fácil. Mas a vitória virá, o povo há de viver ainda em uma Porto Alegre para as pessoas. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 016 ao PLCE nº 002/19, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa noite, senhoras e senhores. Sobre esse assunto, creio que o Ver. Roberto Robaina, que é quem assina a emenda que nós estamos votando, já prestou os esclarecimentos necessários, mas eu não poderia deixar passar em branco algumas afirmações que foram feitas nesta tribuna.

Talvez o Ver. Valter Nagelstein desconheça a realidade e o histórico das aposentadorias do Município de Porto Alegre. Cabe destacar, para aqueles que, assim como o vereador, não conhecem a história desta Cidade – afinal, são 247 anos – que, até 2002, a Prefeitura arcava integralmente com as custas da aposentadoria dos seus servidores. O regime simples fazia com que o nosso Município, os cofres do nosso Município arcassem integralmente com os proventos dos aposentados. Desde a criação do Previmpa, nós temos, então, as contribuições dos trabalhadores e da Prefeitura, formando aquele caixa, aquela reserva financeira, sobre a qual os colegas se manifestaram, e já está na soma de R\$ 2 bilhões, para custear as aposentadorias dos seus trabalhadores. Os indivíduos que ingressaram no serviço público antes de 2002 começaram, a partir dessa data, a contribuir para os fundos do Previmpa, e, quando pedirem a aposentadoria, eles terão parte proporcional da sua contribuição efetuada durante os anos de 2002 até a data da aposentadoria custeada por esse órgão de previdência, e o residual, aquilo anterior à criação do Previmpa, custeado pela Prefeitura.

Se não houvesse a criação do Previmpa, todas as aposentadorias seriam custeadas integralmente pelos cofres públicos. Mas não é o que acontece hoje, ou seja, na criação do Previmpa, houve um acordo entre os servidores públicos desta Cidade e os detentores do Paço Municipal, à época. Nesse acordo, foi firmado o trato de que a Prefeitura arcaria, proporcionalmente, com a sua responsabilidade perante o tempo de trabalho antes do Previmpa, e o Previmpa custearia o restante dessa forma. Todos os novos ingressantes terão os seus proventos na aposentadoria custeados, integralmente, a partir do ano de 2002.

Portanto a curva de déficit a que o Ver. Valter Nagelstein se refere é justamente esse resíduo anterior a 2002, das pessoas que são custeadas pelos cofres

públicos antes de haver o Previmpa. A questão é, Ver. Valter, que pessoas, lamentavelmente, morrem, e esse déficit, como bem colocas, progressivamente vai diminuindo; ele está em curva ascendente, vai ter uma fase de platô e depois uma curva descendente, como já demonstravam as previsões atuariais à época. Sabia-se que isso aconteceria, isso era previsto, isso estava pré-determinado e acordado com os servidores. Agora o senhor usa isso como argumento de que o rombo nos cofres públicos é culpa dos servidores, não é! Houve um acordo, esse acordo está em vigência, e o senhor, assim como o prefeito atual, quer simplesmente rasgar e jogar tudo para cima, colocando nas costas dos servidores toda essa despesa. Não é! A despesa há, porque até 2002 não existia nenhum planejamento do Município de Porto Alegre, e, a partir dessa data, então, foi replanejado como deveria ser, justamente para manter sadio o regime de previdência.

Eis que o prefeito Marchezan, como diretriz primeira, resolve aumentar alíquota, criar previdência complementar, ou seja, sacanear de todas as formas possíveis os servidores nas suas aposentadorias. Isso é injusto. O Chile mudou o sistema de previdência pública, e hoje nós temos um alto índice de suicídios entre pessoas idosas e aposentadas: 70% recebem menos do que o salário mínimo. Nós não podemos aceitar isso passivamente, não queremos isso para a nossa Cidade. Por favor, responsabilidade com o que é falado nesta tribuna. Boa noite.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação a Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 002/19, pelo governo.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Senhoras e senhores, novamente, eu queria pedir a projeção de uma informação no nosso telão.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, meus caros colegas, meu caro Ver. Mauro Zacher, eu me dirijo especialmente ao Ver. Mauro e ao Ver. Alex. Eu me choco quando vereadores com tanto tempo quanto eu – o Ver. Alex acho até que está no segundo mandato, o Ver. Mauro está no terceiro – não conhecem os dados da Prefeitura. O Alex acabou de dizer aqui: “Responsabilidade com o que fala”. Eu lhe retribuo isso: responsabilidade com que o senhor fala.

Estão aqui os dados do orçamento da Prefeitura, do realizado no ano de 2018. Esse documento é público, auditado. Eu já fui presidente da CCJ, fui presidente da CEFOR, que é a Comissão de Economia e Finanças, portanto tenho obrigação não somente de conhecer os dados, de conhecer a Cidade, de palmilhar a Cidade, mas de conhecer a realidade orçamentária do Município que é essa. Lá na última coluna, se puder ampliar a imagem, eu gostaria inclusive de ampliar à direita, o valor pago, lá em

cima, com despesa de pessoal: R\$ 3,62 bilhões, esse é o valor. Ninguém está manipulando dados. Então, se os senhores não sabem, eu quero lhes apresentar os dados de Porto Alegre, e que os senhores digam: “Infelizmente essa é a nossa triste realidade”, se os senhores não sabem o que é responsabilidade fiscal.

Não me surpreende que, em todos os países em que a esquerda governa, se quebrem os países e as pessoas passam fome, porque não sabem ler números! Esse dinheiro que infelizmente, e não é culpa do servidor, é gasto com servidor falta para o cidadão contribuinte, aquele que disse o Robaina, o que mais precisa, que é o pobre, porque é quem precisa do serviço público, quem precisa da escola pública, quem precisa da rede de saúde pública, esses precisam e de fato são os mais pobres. Para esses, quando um orçamento é 53% gasto com despesa de pessoal, Ver. Pujol não sobra para o remédio, não sobra para lousa, para merenda, não sobra para o asfalto, não sobra para nada! Mas nós não temos que fazer mais valia, concordo, com o salário do trabalhador, é verdade. Agora o que nós temos que fazer eu vou repetir, Ver.^a Lourdes, Ver. Cecchim, Ver. Carús, Ver. Mendes, a minha bancada, Ver. Ricardo, o que nós precisamos fazer é justiça fiscal e justiça tributária. Nós precisamos devolver para quem paga imposto na nossa Cidade o valor que está pagando de imposto na nossa Cidade o valor que está pagando de imposto. É isso o que nós precisamos devolver! Aí, quem trabalha, quem é servidor público, tem que ter meta, sim. Falou-se na Fazenda, eu também quero render as minhas homenagens aos fazendários, aos procuradores, à recuperação de tributos e a tudo mais. Na Fazenda, já tem meta por produtividade hoje! O que nós temos que ter é que a remuneração seja atrelada a mérito e produtividade. Produziu, fez a Cidade andar, dinamizou a economia? Ganha. Agora, não existe uma cidade pobre com um serviço público rico. Não dá!

Então são essas questões que a gente precisa equalizar. Ver. Mauro, se o senhor não sabe – deveria saber –, eu quero lhe apresentar: estes são os dados da Secretaria do Tesouro Nacional, que, inclusive, bloqueou o acesso de Porto Alegre à linha de financiamento, porque nós estamos comprometendo, Ver.^a Karen – a senhora está chegando aqui, é bom que saiba –, R\$ 33 bilhões por ano. A senhora não sabe, não tem a obrigação de saber, é jovem, que bom que está aqui. Nós estamos comprometendo 50% da nossa receita com folha.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores, por favor, permaneçam em silêncio; o tempo do vereador está mantido.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): É difícil ouvir a verdade. Presidente, eu quero lhe pedir o seguinte: que a senhora deixe esse rapaz entrar e que ele possa ocupar a tribuna aqui no meu lugar, por favor. Eu faço questão de lhe dar o meu tempo, o senhor não me deixa falar!

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Os senhores não apitem enquanto um vereador está falando na tribuna.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Então o senhor tem que concorrer para se eleger. O dado que eu estou trazendo aqui, Ver. Cecchim, é insofismável, é inegável, está aqui translúcido. O senhor, que é fazendário, Ver. Ferronato, sabe disso. Está ali o dado da Fazenda: R\$ 3,5 bilhões comprometidos com pessoal. Esse dinheiro tem que estar na escola, tem que estar no posto, na rua, na manutenção da praça, esse dinheiro tem que estar na Cidade, esse dinheiro tem que voltar para quem paga imposto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 18, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente, muito obrigado pela equipe que nos assessora. Eu gostaria que os vereadores que estão aqui, porque este debate traz informações importantes para que a gente possa dar continuidade à votação... Ver. Valter, por gentileza, eu prestei atenção nas informações que V. Exa. trouxe, mas não mostra o *link*, o senhor não mostra o *link*, mas eu estou mostrando o *link*, Tribunal de Contas do Estado, está lá. (Projeção de imagens.) Peço ao pessoal da informática que suba um pouquinho. Olha lá, Ver. Valter, o senhor não tem trilhado muito pela Cidade.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereador, por favor! Peço que se atenha ao tema da emenda.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): É sobre o tema, já vou chegar lá. V. Exa., acho que não tem trilhado pela Cidade.

Para que a gente possa fazer o bom e o belo debate, eu trouxe aqui informações do órgão fiscalizador nosso. Se não valem as informações do TCE, desculpe-me, vereador, não será o Portal de Transparência da Prefeitura, que acho que é essa a sua fonte, aliás, falta muito de transparência para chegar no nível do nosso governo. Aliás, o próprio Tribunal de Contas já apontou a falta de transparência, esse mesmo portal de falta de transparência não será ele que será a nossa fonte para referência.

Este vereador vem com responsabilidade à tribuna. A gente está discutindo um projeto que mexe na vida de muitas pessoas. Nós não estamos aqui brincando quando a gente discute os triênios, a emenda, que é esse avancinho que vão

incorporando ao longo da vida de muitos anos e muitos anos para poder melhorar aquele básico ruim da Prefeitura, não é verdade? Quando a gente entra, aquele basicozinho a gente vai conquistando, conquistando, e agora querem tirar, querem aumentar o tempo, enfim.

Mas vim a esta tribuna porque o bom debate e a transparência são fundamentais para que a gente possa avançar. Eu reforço essa informação, essa informação é crucial porque estamos fazendo uma retirada de direitos, trazida aqui já por outros, que vai gerar um passivo enorme para a Prefeitura, sem a menor necessidade – sem a menor necessidade. Nós estamos longe, olha lá o limite: emissão de alerta quando chegar a 48%; limite prudencial 51%. Que bom, graças à boa política fiscal do Município que tem dado certo. Aliás, eu reforcei aqui as minhas informações, a receita do Município, o crescimento real é de 4,63%. Fruto do quê? Do bom trabalho da Fazenda, e as expectativas para 2019, de receita própria, é de mais de R\$ 1 bilhão. É isso?! Um bilhão de arrecadação, de receitas próprias, um bi, enfim, e as transferências continuam em queda. Então esse é o bom debate. Eu acho que essa informação do órgão fiscalizador, oficial, serve para que a gente possa aqui discutir muito com os vereadores; aqueles que estão em dúvida, que não estão certos do caminho, nós estamos longe do limite prudencial e podemos manter e derrotar este projeto da Prefeitura – 43%, nós estamos longe.

Então, Ver. Valter, nós nos conhecemos há tanto tempo, o bom debate, eu jamais viria a esta tribuna para tentar enganar os servidores, enganar a população, muito menos vereadores experientes como Vossa Excelência.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 18, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, vou falar duas coisas aqui. A primeira, rapidamente, para lembrar, porque eu tenho certeza de que ele sabe, eu só vou lembrar ao colega Mauro Zacher que essa metodologia que ele expôs é a do Tribunal de Contas, que exclui do cálculo de despesa de pessoal todos os gastos de pessoal da administração autárquica, fundacional e das empresas públicas. Isto é, se o vereador concorda com essa conta, ele acha que não é despesa de pessoal todo o DMAE, toda a EPTC e toda a Procempa, isso não é despesa de pessoal de Porto Alegre. É isso o que diz o TCE. E mais: o TCE, na conta que V. Exa. apresentou, exclui, da despesa de pessoal, o imposto de renda retido na fonte, isso é um outro valor que não tem nada a ver com a folha; ao contrário, a Secretaria do Tesouro Nacional, que é o padrão usado em todo o Brasil, menos no Rio Grande do Sul, inclui essas despesas, e aí nós estouramos o limite prudencial. Só que o Ver. Zacher também diz, como dizem outros, para fazer investimento, Porto Alegre pode tomar empréstimos, porque tem espaço de endividamento. Quem é que dá o aval para Porto Alegre tomar dívida? A Secretaria do Tesouro Nacional, não o TCE. E a

Secretaria do Tesouro Nacional diz o quê? “Não dou o aval porque vocês vão estourar o limite prudencial”. Essa é a realidade.

Dito isso, muita atenção, senhoras e senhores: esta emenda aqui é uma emenda minha. Esta emenda que estamos discutindo é uma emenda minha, ela propõe o seguinte: excluir o quinquênio. O projeto original diz assim: “Exclui o triênio e cria um quinquênio”. Eu estou dizendo: o quinquênio também não existe para a população que paga imposto e sustenta a máquina pública. A emenda propõe, inclusive, o fim do quinquênio, mas eu quero pedir a atenção das senhoras e dos senhores, porque nós mostramos aqui, à noite inteira, que nós temos os votos. Nós mostramos aqui que nós poderíamos aprovar também a extinção do quinquênio, mas eu admito, eu fiz essa emenda para o Simpa, para esse sindicato aparelhado, ideologizado, partidarizado, que é propriedade de um partido político da Capital, e merecia, o Simpa, que o projeto fosse agravado pela conduta antiética e mentirosa que tiveram durante a discussão desse projeto.

No entanto, Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o servidor de Porto Alegre, o valoroso e bom servidor de Porto Alegre, não merece esse sindicato que tem. E conversamos, os colegas da base do governo, e tendo os votos para votar, como nós sabemos e mostramos que temos, nós comunicamos na imprensa, nós discutimos com a sociedade, e a proposta original foi a transformação do triênio num quinquênio, e eu não quero agora, e os colegas da base não querem, exceder o que foi proposto. Então eu estou pedindo, embora eu ache injusto; embora vários colegas aqui estivessem dispostos a votar, nós não vamos, em razão do Simpa ser do jeito que é, sobrecarregar os servidores de Porto Alegre. Eu tenho certeza de que essa discussão vai acontecer no futuro, como aconteceu na União. Mas eu peço aos meus colegas que, não em nome do Simpa, mas em nome dos bons servidores de Porto Alegre – vários colegas aqui foram secretários e tiveram valorosos servidores trabalhando –, rejeitemos a emenda por ora. Vamos fazer essa discussão no futuro, mas, por enquanto, vamos à aprovação do projeto como veio. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 18, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero corroborar com o que foi dito aqui pelo Ver. Ricardo Gomes. Esse projeto vai ser aprovado. Não é o fascismo do Simpa, a violência moral, a truculência, os insultos que vão mudar a realidade. Nós temos os votos suficientes, demonstramos isso o dia inteiro aqui... Vocês perderam, vocês perderam! E a sociedade ganhou! Um milhão e meio de porto-alegrenses vão sair vitoriosos esta noite, porque nós estamos lutando pelo bem comum. E essa emenda, que nós tínhamos força suficiente para aprová-la extinguindo o quinquênio, não só o triênio, mas o

quinquênio, nós acordamos votar contra nossa própria emenda. Como disse o Ver. Ricardo Gomes, e chamava de professor Ricardo – professor o é –, nós vamos votar contra, Ver. Valter Nagelstein, porque nós precisamos ter uma transição e respeitar os bons servidores de Porto Alegre que não perderam nada, tiveram seu direito adquirido garantido por este projeto. Eu posso falar com autoridade, porque no ano passado eu votei contra o projeto. Mas o diálogo deles é esse, é o insulto, é o fascismo, é tentar calar no grito, é ódio ao debate, é ódio ao pluralismo, é ódio à adversidade, é ódio à democracia. Não se conformam com pensamento contrário. Você que está em casa, você que é servidor, nós, da base do governo – não foi o Simpa –, resolvemos manter o quinquênio que estava na eminência de ser retirado de vocês. É importante que este registro fique aqui: não foi a truculência do Simpa, foi a boa vontade da base do governo aqui nesta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 18, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa noite, vou ser bastante breve, só fiz a inscrição para dialogar com o Ver. Ricardo Gome, que afirmou que os pagadores de impostos não têm nenhum tipo de percepção por avanço de tempo. E eu chamo para ajudar a minha sustentação o próprio Ver. Professor Wambert, que me antecedeu na tribuna e que é professor da iniciativa privada: Ver. Professor Wambert, nós, professores da iniciativa privada, não recebemos quadriênios? São percepções temporais. Então, só não vamos usar de argumentos falsos, falaciosos para encaminhar esta discussão. Certo? Todos os professores da rede privada...

(Manifestação fora do microfone do Ver. Valter Nagelstein.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Não, Ver. Valter, quadriênios! Os professores da rede privada recebem quadriênios. Eu só gostaria de fazer esse esclarecimento para que a população de Porto Alegre não seja enganada por falsos discursos – infelizmente, isso acontece de vez em quando no uso da tribuna. Vamos votar então contrariamente a essa iniciativa, que é mais um resquício de como pode ser sádico um ser humano. Uma boa noite a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 18, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 01 voto **SIM** e 34 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 19, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco neste dia, apavorei-me, quase que saio daqui correndo, depois que eu ouvi os vereadores largando fogo pela boca, tipo os dragões da antiguidade, enfurecidos contra o servidor público. Meu Deus do céu, é de assustar, com todo o respeito!! Saio daqui assustado com algumas posições. E rapidamente eu fiz isso, não deu muito tempo, mas o art. 9º – fiz agora – do projeto de lei revoga 36 parágrafos e artigos de oito leis que existem em Porto Alegre, terminam com 36 normas que tratam dos servidores públicos, e tem vereador que acha que sai daqui engrandecido com essa vitória, espezinando a nós, servidores públicos. Eu tenho 44 anos de serviço público, trabalhei na União, no Estado e no Município. Se um dia alguém me provar que ouviu num corredor por aí, qualquer corredor, que levei para Casa vinte centavos do setor público, eu renuncio amanhã. Mas tem que me provar.

Quer dizer, então, quando chegam empresários aqui chorando, implorando, porque têm um aumentozinho de alíquota de 0,5%, eles dão razão que estão certos, o nosso pobre empresário brasileiro... Agora, o servidor público pode ser pisoteado!? Não, não dá, respeito mútuo! O Nedel veio aqui, enlouquecido, porque ofenderam um jovem lá atrás. Eu acho que ele devia estar agora para pedir desculpas do lado de cá. Do lado de cá. Tenho pouco tempo, muito pouca vontade de explicar, além de tudo, sou meio surdo. E o cara lá está aplaudindo. Que vergonha podre! Que vergonha! Há 36 artigos e parágrafos, nada mais, nada menos do que quase dez, nove artigos do estatuto...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Deu, porque não está pisando no teu calo. Pede para o prefeito te tirar de lá... Pobre, mal-educada, ela não sabe o que diz, coitadinha. Mas, assim, já que quase que perdemos uma que tirava o quinquênio, a proposta é a seguinte: nos primeiros cinco anos, 4%, e, a partir daí, 3%, está de muito bom tamanho. Vamos votar “sim” para um revide àquilo que se disse aqui. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 19, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, esta hora não é uma hora boa para se contestar um colega, principalmente um querido colega de aula que estudou comigo, por uns quatro anos, administração de empresa e contabilidade, que é presidente da Comissão da qual faço parte, mas, Ver. Ferronato, o senhor está vendo muito a Netflix. O senhor está vendo outro filme que não é este da cidade de Porto Alegre! É muito fácil o Ver. Ferronato vir

aqui e posar de anjinho para o funcionalismo público, mas é por causa de coisas que aconteceram na vida do Ferronato que o Estado, o País e o Município quebraram. Por que eu digo isso? Porque o Ver. Ferronato fez concurso uma vez, mas muitos anos atrás ele fez um concurso, durante todos esses anos, ele trabalhou em todos os lugares menos no lugar em que fez o concurso, pela capacidade de ele se eleger vereador, ser diretor do DEP, de uma série de coisas e de ser um grande professor de cursinho que ele foi. E ele se aposentou não foi no cursinho dele, não foi aqui na Câmara de Vereadores, não foi no DEP. Onde ele se aposentou, para tomar dinheiro da Prefeitura ou do Estado? Aqui não foi. Foi lá onde ele fez o concurso. É lá onde ele fez o concurso. Por isso temos que ter muito cuidado com esses senhores que fazem um discurso de coitadinho e de protetor de outros colegas, mas que nunca trabalharam no lugar que fizeram concurso! Ou trabalharam um ano ou dois.

Então, meu presidente, meu colega e querido de faculdade, eu fui obrigado a fazer essa intervenção porque é muito fácil – é muito fácil – posar de anjinho, mas o capeta não deixa a panela fechada para esses que se fazem de anjinho. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 19, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Os procuradores, os auditores, os médicos, quem tem acompanhado os esforços de negociação – a tal de redução de danos – sabem muito bem o esforço que o Ver. Airto Ferronato fez para que tivéssemos redução de danos! Quem acompanhou esse processo – que o governo não quis que fosse público, porque não quis audiência pública, porque quer esconder da população o que está por trás desse projeto, a essência desse projeto, quer esconder isso do debate público – viu como o MDB, como o Cecchim respondem ao esforço do Ver. Ferronato. Agora a culpa pela crise, Ver. Ferronato, é do senhor! O Cecchim, na sua lógica infalível de um dirigente do MDB, um homem que esteve envolvido na campanha do governador Sartori, agora atribui ao senhor a culpa da crise! Não é do MDB, que governa há 50 anos, não é! É o senhor o responsável!! Essa é a lógica daqueles que querem liquidar o serviço público.

É um desrespeito, eles não dão bola para argumentos. Vejam vocês que nós tivemos um vereador aqui dizendo ia fazer uma concessão, que não ia liquidar os quinquênios, que ia fazer uma concessão à sensatez, que, se dependesse do Simpa, terminaria... Mas é uma conversa! O Ricardo Gomes é um vereador que quer fazer carreira política. Na carreira política do Ver. Ricardo Gomes, ele não quer – isto é verdade – ser representante de servidor, nem do povo pobre; ele só quer ser representante de empresário muito rico, de preferência daqueles que não pagam impostos, que têm isenção de impostos, como os donos das empresas de ônibus! Daí o liberalismo do Ricardo termina, e ele... Ou seja, essa sanha que o Ricardo tem, esse respeito todo que ele tem pelos contribuintes termina aí. Empresário de empresas de

ônibus, se depender do Ricardo Gomes, tem isenção de impostos sempre! Votou aqui pela isenção de R\$ 17 milhões para os empresários de empresas de ônibus. Depois, não tem nenhum impacto na redução da passagem. O Ricardo Gomes diz que não votou. Por que o governo foi contra o projeto do Ricardo Gomes? O Mauro Pinheiro teve o mínimo de sensatez, porque qualquer um que tem um mínimo de responsabilidade, que quer governar sabe que é inviável governar liquidando 100%. Então, eles tiveram esse limite não porque o Ricardo Gomes ou a base do governo respeitam os servidores, mas porque eles sabem que a proposta é tão absurda que nem eles levaram adiante uma proposta absurda como a que o Ricardo Gomes fez.

Então, aqui nós temos um problema. É evidente que nós temos um problema. Nós sabemos que, ao longo do dia de hoje, assim como a audiência pública também demonstrou, os argumentos não valem – os argumentos não valem. Se os argumentos realmente valessem, o governo tinha que começar reconhecendo que os dois anos que o Marchezan instigou os vereadores daqui a atacarem os servidores públicos, durante os dois anos, eles teriam que reconhecer que o impacto de redução real para os salários de quem já está seria de 30% a 40%, porque, de fato, não é o mesmo projeto de dois anos atrás. Não é o mesmo projeto. É um projeto que ataca a carreira. Mas esse mesmo governo, que hoje ataca os servidores, que ataca o Simpa, se não tivesse o Simpa resistido, teria reduzido nominalmente, e aí teríamos 25 mil ações judiciais relacionadas aos rendimentos mensais dos servidores, porque teria tirado o regime no ano passado. Não conseguiu fazer porque, felizmente, no ano passado, tivemos também a companhia do PRB, a companhia do Maroni, do Thiago. Infelizmente nem todos esses agora estão conosco. Infelizmente, para a carreira, o que nós estamos vendo é, hoje, uma Câmara votando a favor de um projeto que liquida com a carreira dos servidores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 19, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Ver. Roberto Robaina, na reunião conjunta que analisou este projeto, V. Exa. fez uma questão de ordem, eu, que presidia a sessão, indeferi. Vossa Excelência disse o seguinte: “Eu espero sinceramente que a Justiça desminta o presidente da CCJ, que é advogado. Espero que a Justiça faça esse presidente da CCJ passar vergonha como advogado, por desrespeitar o Regimento desta Casa”. V. Exa e os demais vereadores da oposição foram, então, ao judiciário. Eu, naquela noite, lhe disse: “Eu não considero vergonha alguma se o judiciário alterar uma decisão que eu tomei. Não considero vergonha. Várias decisões que são tomadas nesta Casa estão sujeitas à revisão judicial. O senhor disse que era uma vergonha perder na justiça. E o senhor foi lá e pediu uma liminar. E perdeu. Passou uma vergonha. Pediu, depois, a revisão, a reconsideração da liminar e perdeu a segunda vez! Passou a segunda vergonha. Depois o senhor recorreu da decisão. Só que o prazo do agravo mudou de dez

para quinze dias, deve ter dado alguma atrapalhação, não dá mais para contar nos dedos, e V. Exa. perdeu o prazo do recurso. Então, V. Exa. não passou uma nem duas vergonhas, passou três. Pode pedir música no Fantástico.

Dito isso, falta o mínimo de compreensão de como funciona a economia. Deram isenção para as empresas! E, se não desse, iria aumentar a passagem de ônibus mais ainda, mais do que aumento, e V. Exa. sabe disso. Aliás, tem essa relação esquizofrênica do PSOL com a economia. Para eles, a solução para tudo é taxar as grandes empresas, mas fazem tudo para mandar as grandes empresas embora. Vão ordenhar que vacas depois? Vai acabar o dinheiro, e é isso que acontece onde as ideias que o senhor defende chegam ao governo. Está aí o seu partido, que fazia dancinha para o Maduro, agora não consegue dançar, porque não come o suficiente para fazer a dancinha. A Venezuela, apoiada por seu partido.

Aliás, vem aqui falar mal de CCs, e o senhor esquece que foi CC nesta Casa. Aparentemente, isso me disseram, eu não estava aqui, quando foi implementado o ponto eletrônico, V. Exa. foi ser CC na Assembleia, coincidentemente. Eu não estava aqui. Aliás, quando a esquerda governou não tinha CCs, os vereadores da esquerda não têm CCS em seus gabinetes. Quando foram secretários, demitiram todos os CCs das suas secretarias. Eu acho que foi isto que o Governador Tarso Genro fez: demitiu todos os CCs e salvou o Estado do Rio Grande do Sul... Não foi isso! Então, Ver. Robaina, o senhor saiba que, para que a economia funcione, para que as pessoas que pagam imposto continuem sustentando o Poder Público de Porto Alegre, é fundamental que o senhor continue perdendo a eleição para o governo do Estado, que seu partido continue perdendo a eleição para a Prefeitura, e que o PT e o PSOL continuem sendo minoria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 19 ao PLCE nº 002/19, pelo governo.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, primeiro quero fazer uma preliminar aqui, dizendo que tenho o maior respeito pelo Ver. Robaina. Acho que aqueles vereadores que têm uma demarcação ideológica muito bem definida talvez seja o que mais falta na política local, estadual e nacional, e o PSOL tem um traço ideológico muito definido. Também quero lhe dizer que nós, do MDB, afora todas as contradições ao longo dos anos, estamos perseguindo a redefinição de um perfil ideológico do centro democrático, que é o que nos pertence e o que queremos.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Não vou responder para desqualificado que fala em Temer. Segundo, o senhor como filósofo graduado e com

mestrado em história, deveria perseguir o processo dialético, mas o senhor não está perseguindo o processo dialético porque nele, obrigatoriamente... O senhor é formado em filosofia, eu sou um reles bacharel em direito, que na graduação tive duas disciplinas que abordaram filosofia. Mas o processo dialético é o processo, Professor Wambert, que deve servir um caminho entre as ideias, mas V. Exa. aqui impõe um pensamento único e trabalha por um pensamento único porque trabalhou o tempo todo discursando como se estivesse seguindo um processo dialético, entretanto votou o tempo inteiro por uma derrota total e uma rejeição integral do projeto. Então o senhor não persegue esse processo dialético e não o pratica. E, para que todos os vereadores saibam o esforço que este vereador fez para que minimizássemos o episódio aqui ocorrido, e o faço novamente da tribuna, um episódio ocasional, Ver. Pujol – V. Exa. tem experiência nesta Casa. Agora, o Ver. Robaina exibe na sua página do Facebook o vídeo do episódio como um troféu! Para desmoralizar o papel do debate político nesta Casa. Desculpem-me, mas isso não é adequado. Exibe como um troféu e ainda paga por isso, patrocinando a publicação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 19, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, colegas, o debate que foi aqui introduzido, não tanto sobre o conteúdo propriamente dito da emenda, mas que tem a ver com a emenda, é a questão da concepção de Estado: estado mínimo, estado controlado e, claro, tem lugares onde as pessoas não têm dimensão, acham que o estado pode tudo. Não é nossa visão. Nossa visão é um Estado das necessidades: precisamos professores, porque tem alunos que estão se matriculando e precisam ser amparados. Numa cidade que não cuida do saneamento básico – houve rombos no DEP, que perde R\$ 140 milhões – é claro que vai ter alagamento, é claro que vai haver problemas de saneamento, é óbvio. Uma Cidade que fica discutindo a questão do 4º Distrito e não resolve o problema do 4º Distrito, não resolve nem o problema dos alagamentos. Amanhã vai ter um lançamento, todo um programa, eu pretendo ir, porque não sou daqueles que acham que não se deva debater, tem que criar barreiras. Mas, ora, ora, quem vem dar lição sobre a relação com os empresários. Quem vem dar lição? Quem deixou a cidade bagunçada do jeito que está, que você não consegue andar na Rua da Praia, na Borges de Medeiros, na Salgado Filho? Este governo! É o caos! Os comerciantes estão felizes com este governo? Não, estão tremendamente descontentes. As pessoas não conseguem chegar ao Centro. É um governo que posterga as questões do Mercado Público, não consegue botar o segundo piso a funcionar. Quem pagou o PPCI do Mercado Público? Os empresários do Mercado Público, que são pequenos empreendedores. Quem pagou as últimas reformas, inclusive a limpeza dos bueiros, que o DEP e o DMAE deveriam fazer? Os empresários do Mercado Público, 117 mercadeiros, pequenos empreendedores.

Agora o Robaina colocou bem sobre as empresas de ônibus. Eles poderiam estar em uma outra situação, mas perguntem se eles querem mudar uma linha de ônibus; perguntem se eles deixam colocar uma linha de ônibus do Canta Galo, passando pela Restinga, subindo a Pitinga, descendo a Lomba do Pinheiro e vindo para o Centro e de volta. Seria uma linha T da Carris altamente lucrativa, Comassetto, você, que mora na região; quantas pessoas ali do Lami, do Lageado, de toda aquela região ficam sem poder chegar no Hospital Restinga? Onde está o planejamento deste Município?

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): É só ir embora, os senhores não precisam votar, podem ir embora, a porta está aberta! Não sei por que a irritação. É o seguinte: quem não costuma trabalhar, quem não tem que levantar de madrugada, quem não tem que fazer serão, é isso, está aí!

Nedel – caríssimo Nedel! –, nós entramos juntos aqui nesta Casa, o senhor disse que não vai mais se candidatar, o senhor não tem necessidade de ser capacho deste governo, Ver. Nedel. V. Exa. não tem essa necessidade; V. Exa. é um homem que vive nas comunidades, sabe o que é a pobreza das comunidades, e o senhor vem aqui defender os interesses dos magnatas da Cidade? O que é isso? Ver. Nedel, o senhor não tem necessidade... Concluo meus dez últimos segundos dizendo, Ver.^a Mônica, muito obrigado, o debate continua.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 19, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 20, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Esta emenda do Ver. Pujol, que tem acordo do governo, mencionada aqui pelo Ver. Ferronato, revoga uma quantidade enorme, são oito incisos. O Ver. Ferronato, inclusive, fez um cálculo de quantas leis revoga, de quantos parágrafos revoga, numa canetada só – a grande maioria são direitos dos servidores e servidoras. Mas, depois, eu fiquei observando aqui, seguiu-se da fala do Ver. Ferronato... A fala do Ferronato, eu, cada vez... Eu, que sou um vereador em segundo mandato, para cada vereador que já teve mandato aqui e que não está mais aqui, costumo perguntar como era há 10 anos, há 15 anos. Eu percebo que havia um certo respeito, uma certa dignidade no debate. A fala do Ver. Ferronato – até gostaria de ser corrigido, Ver. Pujol, o senhor está aqui há bastante tempo também – é de espanto com o fato de que alguns vereadores sobem aqui e que, com a aprovação do projeto – que é o que tudo indica –, estarão comemorando a retirada de direitos dos servidores. Então, se eu intuí bem a fala do Ver. Ferronato, é uma fala que lamenta o

nível a que chegou esta Casa. Depois da fala do Ver. Ferronato, sucederam-se aqui inúmeras falas, todas de ataques pessoais, poucas com fundamento. Agora há pouco, o Ver. Janta perguntou: “Afinal, o que nós estamos votando?”. As falas, Ver. Janta, foram só de ataques pessoais. Chegou-se a falar aqui – não lembro quem, mas pouco importa – que a oposição está votando contra os servidores; que os servidores poderiam sair melhor hoje, mas, graças aos vereadores da oposição, nós... É justamente o contrário do que a oposição está fazendo! Ela está votando a favor daquilo que nós chamamos de redução de danos aos servidores. Então, faço aqui mais um registro, Ver. Ferronato. Falaram aqui atacando o senhor, eu não tenho procuração para defendê-lo, acho que o senhor nem precisa disso, mas colocaram aqui, inclusive, o fato de ter vários mandatos a serviço de Porto Alegre, como se isso fosse um problema. Está lá previsto na Constituição Federal: o servidor público pode concorrer a cargos eletivos. Deveria ser, acredito eu, e eu entendo que ainda é, uma dignidade, uma honraria representar pontos de vista, exercer um mandato legislativo. E não há o que seja criminalizado aqui, o fato de o senhor ter se colocado numa campanha eleitoral, já há alguns mandatos, ter sido eleito e o fazer com dignidade. Fazer disso uma criminalização e dizer que o senhor nunca trabalhou – talvez foi essa a linha –, se aposentou por um lugar em que o senhor nunca trabalhou, trabalhou pouco, como se isso fosse um problema; está previsto na lei. Aliás, se um servidor público faz um concurso e depois é realocado para uma outra área, a bem do serviço público, colocar isso como uma indignidade ou algo que seja imoral, eu não consigo perceber, como se faz esse raciocínio elástico para criminalizarem inclusive a atividade parlamentar.

Então, subo aqui, obviamente preocupado com a revogação de uma emenda que chegou hoje, que se fossemos ler aqui cada parágrafo, cada inciso que ela revoga, logicamente retirando conquistas, já mostraria o erro que é votar de forma açodada um projeto como este. Então, sei que essa é uma das emendas que há acordo para aprovação, por parte do governo, mas não posso deixar de expor aqui o meu lamento com os tempos que vivemos e talvez tempos que não voltem, como foi um tempo atrás que, pelo que sei e pelos relatos dos mais antigos, havia uma discussão em um nível maior e sem essas pessoalizações, como se escuta aqui desta tribuna. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 20, destacada ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Bom, eu pensei bastante se voltaria ou não, neste momento, para dizer algumas coisas, e me senti, meu estimado Ver. Cecchim, bastante ofendido numa discussão que estamos fazendo aqui sobre um projeto. Volto só para não deixar passar em branco, Ver. Cecchim, meu colega de aula, assim como o Ver. Tessaro, estudamos juntos. O Ver. Cecchim disse que eu fiz um concurso e trabalhei aqui, ali, não trabalhei, não fiz nada, me aposentei sem trabalhar. Primeiro, eu fiz oito concursos, Ver. Cecchim, fui aprovado nos oito. (Palmas.) E V.

Exa. tem, acredito, um pequeno recalque com relação a isso. Fiz oito concursos e trabalhei nos oito e trabalhei bastante. Como disse o Ver. Marcelo, fui, num determinado momento, eleito vereador de Porto Alegre. Trabalhei, fui aprovado na Contadoria-Geral da União, trabalhei. Não queria dizer isso, primeira vez que digo isso, na Contadoria-Geral do Estado, V. Exa. sabe disso, fui aprovado, lá trabalhei. Trabalhei como auditor fiscal da Receita Federal, fui aprovado em concurso, primeiro lugar. Trabalhei, fui aprovado em concurso na Receita Estadual, e outros, vou parar por aí. Apenas dizendo, Ver. Cecchim, que V. Exa., num determinado momento da história, produzia parafuso, agora vende pedra. Mas será que é melhor a minha atuação ou a sua? V. Exa. prefere a sua, eu prefiro a minha. Portanto, não dá para vir aqui denegrir a imagem de todos publicamente, dizer que não trabalhei, que nunca trabalhei, que me aposentei aqui ou lá. Trabalhei em todos os lugares, sim, senhor, me aposentei no Estado, trabalhei mais de 15 anos no Estado, sim, senhor.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Claro. Quando me aposentei, já estava aqui. Agora, só se eu renunciasse, eu jamais renunciaria às minhas obrigações. Portanto, Cecchim, cuidado com o que se diz. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 20, destacada, ao PLCE nº 002/19, como autor.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a Casa toda é testemunha de que me encontro aqui neste local desde antes das 14h, até agora, praticamente meia-noite, são 10h contínuas que eu estou aqui cumprindo o meu dever. Ao longo de toda a tarde, eu ouvi discussões das mais diversas, muitas das quais desconectadas da matéria que estava sendo discutida, e, mais recentemente, alguns adjetivos um pouco pejorativos entre os colegas aos quais eu não subscrevo, até porque, na figura do Ver. Airto Ferronato, eu fui seu vice-líder no governo anterior, no governo que foi sucedido pelo Marchezan, e com relação ao Cecchim, o meu relacionamento pessoal extrapola a convivência na Casa para ir numa convivência social muito forte e muito intensa. Mas eu só vou lembrar o seguinte: aqui se discutiu tudo, menos a minha emenda. A emenda é muito simples, ela acrescenta no art. 4º a expressão “aplicando-se as regras de transição dispostas nos parágrafos do presente artigo”. As regras de transição, que foram uma das maiores reivindicações que fizeram todos os segmentos dos municipais, para que não fosse automático, que tivesse uma transição em vários dos seus artigos. Isso nós estamos celebrando aqui, e, no resto, na segunda parte, senhores e senhoras, todos esses artigos que foram lidos aqui nenhum deles fui eu que escrevi. Eles fazem parte da proposta original, o que eu faço,

na emenda, é retirar um dos artigos por razões que eu justifico plenamente, porque também atende reivindicações de expressivos segmentos dos municipais e que bom que também eu considero uma regra ajustada, essa pequena alteração que eu estou fazendo. Então eu, com toda a tranquilidade, gostaria de dizer que, apesar do calor do debate, quero que se raciocine com tranquilidade, e, se for o caso, se aprove essa emenda, se não aprovarem eu não vou me sentir indisposto, porque, afinal de contas, nesta Casa a gente tem que votar e decidir a favor ou contra. Eu peço que votem a favor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 20, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**. Fica prejudicada parcialmente a Emenda nº 21, quanto ao item VIII; e a Emenda nº 22.

Em votação a Emenda nº 21, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Presidente Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu sei que todos estão estressados, são mais de 9 horas aqui. Não é fácil ficar as mesmas pessoas, num local fechado, durante 9 horas, dá estresse, dá confusão, dá bastante discussão, mas estamos chegando ao final. A minha emenda foi protocolada hoje de manhã, de liderança, já que várias entidades, buscando uma possível amenização de alguns aspectos do projeto do governo, pediram que eu apresentasse para que nós pudéssemos debater aqui. Eu achei que era viável, porque ia amenizar um pouco, sem dúvida, mas, no decorrer da votação, nós aprovamos cinco emendas que muitos descaracterizaram, e restaram dois artigos. Eu quero ler para vocês a diferença, no cotejamento do que o governo apresenta e o que eles apresentaram para que nós pudéssemos colocar na emenda. Eu vi que era justa a reivindicação deles de nós debatermos aqui no plenário. Então os dois artigos que restaram. O governo, no art. 122, propõe avanço de 3% a cada cinco anos em serviço. Aquela inversão, de 5% para 3%. A proposta da nossa emenda é, a cada cinco anos, 5% aos antigos, anteriores à publicação da lei. Para os novos, a proposta que o governo mandou, 3%. Essa é a única diferença nesse aspecto.

O outro que restou (Lê.). “Art. 122-A. O titular de cargo de provimento efetivo ou em comissão no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica ou Fundacional Pública de Porto Alegre, terá acréscimos de 3% (três por cento) sobre o vencimento básico, denominados avanços, cuja concessão automática se processará por quinquênio de serviço público, prestado exclusivamente no Município de Porto Alegre, considerado o tempo com efetiva contribuição para fins de benefícios previdenciários.” Aí o que muda é que o servidor que ingressar no serviço público municipal a partir da data da publicação dessa lei que insere o presente artigo terá acréscimos de 3% sobre o vencimento básico, denominados avanços, cuja concessão

automática se processará por quinquênio de serviço público, prestado exclusivamente no Município de Porto Alegre, considerado o tempo com efetiva contribuição para fins de benefícios previdenciários. São as únicas duas modificações. Os dois artigos permaneceram a pedido do fórum das entidades, que também buscou um menor impacto para a categoria. Mas não é uma coisa absurda, é uma coisa plausível dentro dessa realidade que nós todos tratamos hoje aqui. Então eu não vejo como uma proposta que prejudique o governo, ela ameniza um pouco a situação do funcionalismo. Mas também acho que não prejudica totalmente o governo, porque, com as cinco emendas que foram colocadas aqui, de 21, eu tive a infelicidade de ser a última, mas está no plenário para ser debatida, e é o que nós estamos fazendo. Eu acho que nós podemos, sim – peço ao líder do governo, se entender –, ter uma reciprocidade, um carinho com os funcionários, que também – e quero deixar bem claro para vocês – concordaram que algumas coisas tinham que perder e foram sensíveis a essas emendas que buscam amenizar um pouco a situação. Então, esse foi o meu interesse o de trazer o debate, dar oportunidade a eles do debate na Casa, aqui no plenário, e naquele momento, pela manhã, só podia emenda de liderança. Eu não podia descartar a possibilidade de trazer ao debate, trazer ao plenário esse debate que estamos travando aqui, e é desgastante o que nós vimos, é um estresse, a gente entende. Portanto, é a última emenda, peço a compreensão das senhoras e dos senhores, ela não tem nada de esdrúxula no sentido de prejudicar o Executivo, mas sim de amenizar a situação dos funcionários. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 21, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores, já passa da meia-noite, eu quero agradecer muito o dia de trabalho, o debate civilizado que nós conseguimos empreender na maior parte do tempo e dizer que a Câmara produziu aquilo que é a sua tarefa. Aqui nós temos a representação plural da sociedade, aqui se estabelecem maiorias e minorias e pode ser que muitas vezes não se agrade a um ou a outro, mas se produz o resultado da democracia. Quero dizer que graças a nossa intervenção, e mais uma vez cumprimentar a minha bancada, nós garantimos que o que foi votado este ano seja completamente diferente do que o que foi encaminhado à Câmara e votado no ano passado. Nós garantimos os regimes e garantimos a possibilidade de revisão anual das remunerações dos servidores nas datarbase; portanto não prospera a versão que nós estaríamos retirando 60%, mais uma vez li aqui, dos salários dos servidores, o que não é verdade. Aliás, tem uma publicação do Simpa no Twitter que, mais uma vez, não é verdadeira, é mentirosa. O meu gabinete aqui é público. Eu sempre trabalhei na secretária ou onde quer que seja, de porta aberta. Eu faço um desafio a quem quer que seja, que me traga o contracheque para eu ver se no mês que vem estará reduzido em 60% o salário de alguém. Não existe isso! Não

existe isso! É a velha tática de se repetir. Não foram congelados os regimes, também não é verdade, exatamente pela nossa emenda, produzida aqui – mais uma vez eu quero agradecer a quem teve a capacidade de dialogar conosco. Vivemos um novo momento, sim, e pudemos mostrar aqui... Eu estou fazendo esse encaminhamento porque em seguida nós vamos votar o projeto, e aí ficará o encaminhamento a cargo do líder da nossa bancada. Então, como eu não teria tempo, queria fazer essa última manifestação, dizer que pudemos mostrar aqui para a sociedade porto-alegrense o nível do comprometimento da receita com a folha de pagamentos. Queremos dizer, mais uma vez, para além de qualquer outra coisa que nós não temos ódio, não queremos atacar; muito antes pelo contrário. Eu acho que no futuro nós queremos – eu particularmente quero – construir um plano de carreira junto com os servidores, que seja um plano de carreira que caiba dentro da cidade de Porto Alegre. Então, quero agradecer muito, Sra. Presidente, aos senhores vereadores, por isso nós conseguimos. Eu fiquei acompanhando as discussões pelo Facebook. Acho que as discussões são apaixonadas, acho que faz parte da estratégia política a repetição de versões para que elas se transformem em verdade, mas acho que, ao fim, a verdade real há de prevalecer, que é essa, que nós estamos construindo esse novo momento. Eu, por último, para além da histeria, queria só – não é fácil – dizer aqui, mais uma vez, *en passant*, que aqui na discussão do Robaina e do Ricardo Gomes veio à baila uma questão que em Porto Alegre é recorrente e que tem se prestado, ao longo talvez dos últimos 30 anos, para exploração política, das maneiras mais equivocadas possíveis. Se um empresário do transporte coletivo se apropriar dos 2,5% de isenção que esta Casa deu – aí fala um advogado criminalista – é apropriação indébita, é crime, e aí ele vai preso. Portanto, a redução de 2,5% não foi dada para empresário; foi dada para que conseguíssemos manter o preço da passagem, primeiro. Segundo, por outro lado, nós temos, Robaina – e tu sabes disso –, 35% de isenção em Porto Alegre, ou seja, a cada quatro pessoas que andam no transporte coletivo, uma não paga por diversas razões; algumas com razão, com justeza, outras não. Então, essa é uma discussão que teremos que ter para o futuro, porque esse modelo também está em crise, a cada ano o transporte público perde mais. E, de novo, é como na greve que se avizinha, ou se antecipa, quem mais paga por isso, ou quem mais sofre com isso é a população mais pobre – no transporte coletivo também. Então são temas que nós não deveríamos tratar com irresponsabilidade ou com demagogia. É um sistema que está em crise sim, é um sistema que se prestou, ao longo do tempo, para exploração política, e a gente precisa tratá-lo com a mais absoluta seriedade. É preciso o seguinte: quem tem que andar de graça? Quem, de fato, precisa andar de graça! Qual é a diferença de 35 para 2,5? É enorme, é um universo. Então é isso que nós temos que discutir, por isso que se diz que os parlamentos, muitas vezes, são casas de favores, porque se junta certa minoria e obtém daqui, dentro do plenário, benesses e favores que não são condizentes com a sociedade. Então são essas correções que nós precisamos promover. Eu acho que, para além de tudo isso, a Casa produziu muito bem aquilo que a maioria da sociedade representada por cada um dos 36 vereadores espera de nós aqui. Muito obrigado, Presidente Mônica Leal.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 21, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM**, 20 votos **NÃO** e 02 **ABSTENÇÕES**.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu vou juntar por escrito a declaração de voto. Só quero justificar a minha abstenção, na medida em que fui um presidente que teve a melhor relação possível com o Sindicâmará. Essa emenda do Ver. Cassiá é um produto de um diálogo com o Sindicâmará, porque sempre a relação foi muito civilizada, muito cordial, muito republicana. Quero registrar minha abstenção nessa votação.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidenta, nossos colegas vereadores, todos os servidores que estão aqui, os que estão acompanhando e se dedicaram o tempo todo resistindo, se indignando como nós, nesse dia que vai ficar marcado na história da nossa Cidade. Peço que coloquem algumas imagens do que aconteceu hoje, aqui na frente da Câmara, que vai, na verdade, ser manchete dos jornais de amanhã, à medida que não se estabeleceu não só o diálogo e a compreensão, desde o início, para atender os servidores públicos, para dialogar e construir possibilidades, mas em todas as situações o governo radicalizou e demonstrou claramente que era, sim, o objetivo principal destruir a carreira do servidor público e constituir na cidade de Porto Alegre aquela ideia de economia. Economia para ele, governo, mas, para o servidor público, a destruição, a precarização do serviço público e a destruição de uma carreira de centenas, de milhares de servidores que, na verdade, ao longo da sua vida, da sua história, conquistaram com muito suor e lágrimas. Eu peço que coloquem as imagens, por gentileza, do que aconteceu hoje, aqui em frente da Câmara, conforme eu havia solicitado, porque é inadmissível, no dia que comemoramos 247 anos, aniversário da nossa Cidade, vamos ter como manchete dos jornais a violência em cima do servidor público, e foram dezenas, centenas de ocorrências possivelmente policiais que mostraram claramente como a cidade de Porto Alegre não se comporta quando tem um governo que não respeita as minorias, que não é democrático e quer resolver essas questões como tantas outras de uma forma violenta e desumana.

Nós aqui perdemos a disputa, mas perdemos de cabeça erguida, sabemos que o cidadão amanhã, ao perceber a desmotivação do servidor público, a destruição da carreira, como falei aqui... E, mais do que isso, serão dezenas, centenas entrando com atestado pela falta de motivação e desprestígio com relação à carreira pública, porque, a partir de então, perde-se a automotivação de fazer concurso público, milhares de pessoas entrarão na justiça, porque não se viabilizaram, não se concretizaram os direitos conquistados, que são constitucionais, que são mantidos pela Lei Orgânica.

Nós percebemos que hoje foi um dia triste, mas amanhã será pior ainda, o governo hoje destrói a vida do servidor público, mas nós voltaremos ao governo para restabelecer a dignidade do servidor público, nós vamos voltar ao governo para poder resgatar inúmeros serviços públicos que os senhores destruíram. Nós não aceitamos esse tipo de violência que os senhores, através do governo, imprimiram com a segurança ou a Brigada Militar, a mando de alguém, possivelmente do governo municipal. Amanhã nós teremos o servidor aqui da Câmara desmotivado, porque também atinge a vida deles ao longo da carreira.

Portanto, queremos aqui deixar, em nome da bancada do PT, a nossa indignação por agirem violentamente e destruírem a automotivação do servidor público, que não aceitava esse tipo de provocação, mas que vocês resolveram na base da violência. Registramos aqui de cabeça erguida, mas o amanhã dirá quem está certo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE ° 002/19.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, em nome da minha Bancada, do Ver. Carús, do Ver. Mendes Ribeiro, do Ver. Valter Nagelstein, da Ver.^a Lourdes Sprenger, quero agradecer aos colegas que passaram mais de dez horas discutindo, cada um defendendo as suas ideias. Aqui todos têm um propósito. Eu não acredito em algumas ameaças feitas aqui de que amanhã os servidores vão entrar com atestado. Como assim? Não se entra com atestado quando se está doente? Atestado de doença é atestado de doença. Então, acho que também isso é fruto do calor do debate. Não acredito que algum servidor faça manha, faça cera. O bom servidor vai cumprir com o seu dever. Eu conheço muitos servidores e a grande maioria dos servidores trabalha com dignidade para a população. Eu queria aproveitar esse momento, Ver. Ferronato, para lhe dizer que, se eu exagerei, eu queria lhe pedir desculpa. V. Exa. é um bom colega e teve a oportunidade de, aqui nesta tribuna, mostrar a sua inteligência. Eu já tinha lhe destacado como um grande professor de cursinho, mas os colegas viram que V. Exa. passou em oito concursos. O que eu quis dizer, naquele momento, não era que V. Exa. não trabalhou, o que eu quis dizer é que V. Exa. trabalhou pouco tempo no lugar em que se aposentou, mas trabalhou muitos anos aqui e nos outros empregos. Então, fica registrado aqui o meu respeito. Já que o Ver. Oliboni, que me antecedeu aqui, atirou a toalha praticamente no resultado, dizendo que... Eu acho que realmente a base do governo está de parabéns, sim, porque se comportou, em dez horas, de forma ativa, não se dobrou a gritos. Nós respeitamos muito os servidores públicos do bem, aqueles que trabalham, aqueles que se doam e, muitas vezes, fazem sacrifício para atender a população. A esses servidores, o nosso reconhecimento, o nosso respeito e a nossa vontade de que eles progridam e que deem o conhecimento que sempre deram para a cidade, para o Município de Porto Alegre.

Muito obrigado aos colegas, obrigado às duas plateias: à do lado direito e à do lado esquerdo. Muito obrigado por terem acompanhado. A diferença de ideias merece aplausos e merece vaias também. Eu não me importo com as vaias. Agradeço pelos aplausos que tive aqui e que nós todos, vereadores de Porto Alegre, tivemos durante esta tarde e esta noite, votando um projeto que não é para prejudicar os servidores, mas para tentar manter a cidade de pé, para que a cidade não caia, para que a cidade não mendigue, para que a cidade não vire uma Venezuela, uma Grécia ou mesmo um Portugal, que agora se recuperara. Ver. Mauro Zacher, não se surpreenda com Portugal, ou V. Exa. não quer entender. Portugal reduziu as aposentadorias em 50%. Então, a sua risada, para mim, é desconhecimento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/19.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Ver. Cecchim, é que V. Exa. não se deu conta de que em Portugal é o Partido Socialista que administra, e é o país, na Europa, que mais cresce na economia. Só quero fazer essa referência. Mas o senhor faz uma bela referência, Portugal é um belo exemplo. Enquanto a França está lá com os coletes amarelos, em paralisação, Portugal cresce mais que todos os outros países da Europa.

Enfim, não é esse o debate. Eu queria fazer um registro, porque eu gosto sempre de reforçar, aqui nesta Casa, que quando nós derrotamos o aumento de impostos, o aumento do IPTU, quando nós tivemos que ir para a justiça e garantir água para essas comunidades que ficaram sem água no verão, nós, em nenhum momento, deixamos de registrar que nós sabíamos a responsabilidade de todos com a responsabilidade fiscal. Todos nós queremos que o Município busque o equilíbrio das suas contas, que possa garantir que os nossos servidores recebam em dia, que nós possamos garantir atendimento nos hospitais, que nós possamos garantir um bom nível de educação, que nós possamos terminar essas obras que não acabaram – nós temos muito bem essa compreensão. Também quero registrar aqui que sei que para qualquer prefeito o momento não é fácil, porque nós, aqui, já falamos, eu trouxe dados que a Fazenda tem nos demonstrado, mostrando que as receitas diminuíram e os repasses da União e do Estado diminuíram. Então, qualquer corte é difícil, o momento é difícil para os municípios. Então, quero dizer que nós temos tudo muito claro em relação a responsabilidade.

Agora, trouxemos números aos senhores vereadores desta Casa, para que nós pudéssemos manter essa discussão, continuássemos, que nós não aprovássemos esse projeto. São dados como os números do TSE, quer dizer, 46% da receita líquida fica comprometida com os servidores, com a folha. Esse é o número oficial. Aqui, quando a gente traz o crescimento da receita do Município, do ISS, quando registramos o belo trabalho da Fazenda que conseguiu *ranking* nº 1 em inadimplência do IPTU. Isso é

histórico, é referência, é trabalho, e não é trabalho dos CCs, com todo o respeito, pois os CCS também tem a sua parcela de importância, mas é o trabalho dos nossos servidores de carreira, que assumem a responsabilidade, que sabem da sua missão pública. Querem enfrentar a crise, todos nós sabemos. Nós não precisávamos estar aprovando esse pacote que retira direitos, conquistas dos nossos servidores, que muda a regra do jogo no meio do jogo. Por isso que quero aqui dizer que a Bancada do PDT, o Ver. João Bosco Vaz, Ver. Márcio Bins Ely, esteve aqui até essa hora, deixamos de estar em outros compromissos e estamos aqui até essa hora para dizer que somos contra, que tivemos de ir para a justiça também, junto com o Simpa, para garantir uma audiência pública, para que nós ganhássemos tempo, para que nós, talvez, construíssemos emendas que mitigassem o projeto. Mas nós sabemos que não é necessário aprovar este projeto para que o Município construa o necessário reencontro da receita e da despesa. Nós estamos convencidos de que este projeto é ruim, que tira direitos, mas que, sobretudo, quem vai ser o maior prejudicado são aqueles que são atendidos na ponta pelos servidores desmotivados, com servidor que está perdendo dinheiro. Nós sabemos que ainda há chance para aqueles vereadores que ainda estão indecisos e que os nossos argumentos, que foram trazidos aqui, são importantes e relevantes, para que nós venhamos a derrotar esse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/19, pela oposição.

VER. ROBERTO ROBAINA (PSOL): Bem, chegamos para a votação do projeto, todos sabem que a oposição vai votar contra. Quando se trata de atacar o serviço público, a questão ideológica tem importância. Em geral, quem tem como linha sistemática atacar os servidores e o serviço público e defende a ideia de um estado mínimo, um estado incapaz de oferecer serviços públicos, é, sim, uma opção ideológica, neoliberal, autoritária. Nós tivemos um Brasil com Collor, o principal expoente disso, agora estamos tendo com Paulo Guedes, e aqui, na Prefeitura de Porto Alegre, o Marchezan é o defensor dessa mesma linha.

Quando se trata de defender o serviço público, nem sempre a questão ideológica é um definidor. Há muitas pessoas que defendem o serviço público e que não necessariamente têm ideologia de esquerda. Nós temos um caso, por exemplo, que é muito importante que a população de Porto Alegre saiba: o Sindicato Médico. Eu não acompanho o movimento sindical dos médicos do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, mas foi alardeado que teria sido vitoriosa no sindicato dos médicos uma chapa identificada com posições ideológicas do Partido NOVO, posições da direita, assim foi anunciado publicamente, e não houve contestação por parte do Simers. Eu não tenho o julgamento da composição sindical do Simers, mas tenho claro que a direção do Simers não tem nenhuma identificação com posições de esquerda. Pois o Simers, no dia de hoje, para aqueles que acham que não tem prejuízo ao serviço público, anunciou que

diante do desmonte – palavras do presidente do Simers, Marcelo Matias, não são palavras do PT, do PSOL, do PDT, do PSB – da carreira dos médicos promovido pela Prefeitura da Capital, o Simers disponibilizará advogados especializados em previdência para requerer aposentadoria especial para os profissionais. Como não vai impactar o serviço público se o Sindicato Médico disponibiliza advogados percebendo que a carreira está sendo liquidada? Nós não dissemos em nenhum momento que vai ter redução real da remuneração em 40%, isso haveria, 40%, 50%, 60%, de fato, se o projeto do Marchezan do ano retrasado e do ano passado fosse aprovado, e esse projeto só não foi aprovado porque teve a resistência do Simpa, teve a resistência dos servidores públicos; do contrário teria sido aprovado. Não foi, não foi aprovado!

Agora o governo municipal – se aproveitando de uma nova relação de forças a partir do acordo com o MDB e com outros partidos, que a votação explicitará que partidos são esses, a partir desse acordo – liquida, sim, a carreira, liquida o triênio, isso é um fato, liquida o adicional de 15% quando se completa 15 anos, liquida o adicional de 25% quando se completa 25 anos. O que nós estamos dizendo é que, além de terminar com a carreira, além de desestimular o serviço, além de arrochar e de quebrar um contrato que havia sido estabelecido, o projeto do governo é recessivo. É mentira que esse projeto ajuda a economia do Estado e da Cidade a se desenvolver. O governo mesmo reconhece que a economia, com esse projeto, não chega a R\$ 20 milhões ao ano. Pois, em publicidade, o governo vai gastar R\$ 35 milhões. As pessoas em casa têm que fazer um cálculo; é melhor ter uma remuneração para os professores, para os médicos, para os químicos, para os engenheiros, para os operários da Prefeitura gastarem no comércio local, conseguirem comprar alimentação, garantir vestimenta, ou só ganhar empresa de publicidade que vai levar essa bolada do governo, de R\$ 35 milhões, que não tem nenhum efeito multiplicador; quando se garante o pagamento de 25 mil pessoas, tem efeito multiplicador. O governo, ao invés de garantir esse pagamento, vai dar para as empresas.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Para concluir, vereador.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Termina com uma frase: aqui muito se fala de transporte, os lotações pediram para não ter aumento, e o governo Marchezan garantiu o aumento dos lotações apesar de os empresários não quererem o aumento. Esse é o governo que só beneficia empresários.

Nossa proposta é contra esse pacote antipovo, autoritário e contra a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa noite, senhoras e senhores, ou boa madrugada, porque já passamos do marco temporal que separava o dia 25 do dia 26 de março, ou seja, já estamos no dia dos festejos de aniversário da nossa Capital. O projeto em questão, que estamos agora encaminhando, já adiantamos o nosso posicionamento: desde o início nós não acreditamos que a minimização dos efeitos nocivos desse projeto de lei pudesse fazer com que ele tivesse qualquer mérito, por menor que fosse, ou seja, a bancada do PSOL, aqui representada pela minha pessoa, portanto falo em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Karen Santos, se opõe integralmente a essa iniciativa – e deixamos isso claro desde o início! Encaminhamos e votamos favoravelmente a algumas emendas justamente para minimizar os efeitos tóxicos que essa proposição tinha, mas vamos manter a nossa linha argumentativa justamente por conta da nossa coerência, e a coerência com que mantivemos até o presente momento. Eu gostaria de lembrar algumas falas históricas, uma delas é a do nosso saudoso Darcy Ribeiro, que falava sobre a questão das suas derrotas, dizendo-se, mais de uma vez, um fracassado, pois havia tentado alfabetizar as crianças do nosso País, e havia fracassado; havia tentado salvar os índios do nosso País, e havia fracassado; havia tentado construir uma universidade pública democrática, e havia fracassado. Porém, em todos os seus fracassos, não queria, por um momento sequer, estar ao lado daqueles que foram vitoriosos, e é o sentimento que nós temos neste exato momento. Em momento algum, creio eu, num futuro próximo ou distante, recordarei desta data com algum sentimento de nostalgia, mas, sim, com profunda vergonha de perceber que o que se preza como um projeto democrático de nação, construído a partir justamente de um termo lembrado pelo Ver. André Carús, a dialética, foi tudo o que não houve. O prefeito, que disse que nos anos anteriores havia aberto linhas de diálogo com o sindicato que representa as diferentes categorias de municipais, neste ano, negou-se a aceitar reunir-se com qualquer representação – qualquer! Ninguém foi recebido pelo prefeito desde a proposição do PLCE nº 002/19. Então, não dá para dizer que houve qualquer tipo de tentativa por menor que fosse de diálogo por parte do proponente deste projeto de lei.

Eu gostaria também de lembrar a frase do nosso saudoso Mário Quintana, e que isso sirva de consolo e de vislumbre do horizonte. O nosso Quintana dizia: “Eles passarão, eu passarinho”, quando questionado a respeito da sua não indicação para uma cadeira da Academia Brasileira de Letras, quando ele muito merecia, já no final da sua vida, e indicações políticas fizeram com que esse nome jamais tivesse assento nessa academia tão importante no nosso País. “Eles passarão, eu passarinho”. O seu legado é lembrado até hoje por nós, porto-alegrenses, o seu legado positivo de cultura, dedicação e memória da nossa Cidade. Portanto fica esse registro para encerrar a minha fala: eles passarão, nós, servidores públicos do Município, passarinhos. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barbosa está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 002/19.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa noite a todos, bom dia; passada a noite aqui, tinha feito um compromisso de ser econômico nas vezes de subir aqui, porque, como eu disse no início, os 36 vereadores já têm seu voto, seu posicionamento. Só que agora, ao encerrar, eu não poderia deixar de fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, quero dizer que este projeto não é novidade na Casa, ele esteve sendo discutido, ele foi modificado a pedido de valorosas lideranças de bancadas que entendiam que o projeto ano passado, que trocava os regimes, não seria apropriado. Então, aqueles que acusam que este projeto foi enviado apenas no carnaval e que não teria justificativa da mudança dos posicionamentos estão mentindo. Isso é fruto, sim, de diálogo com as lideranças de vários partidos desta Casa – à época, eu estava na liderança do governo, e o Ver. Mauro Pinheiro era o vice-líder. Eu não poderia deixar de sinalizar o meu agradecimento a esses líderes que levaram ao governo a consideração sobre os regimes. Eu não posso deixar de agradecer às pessoas que estão aqui até esta hora. Engana-se quem acha que todos são CCs, que todos são pessoas que são capachos, que são paus-mandados; são pessoas que representam a maioria silenciosa desta Cidade, que até esta hora da madrugada estão aqui, de uma maneira pacífica, civilizada, acompanhando o trabalho, provavelmente de representantes seus na Casa. Muito obrigado pelo nível e pelo acompanhamento. Eu quero pedir desculpa a vocês, porque, na noite de hoje, eu ouvi calado aqui algumas palavras, como: moleque, baba-ovo, capacho, vendido, fascista, vagabundo, safado, puxa-saco, lacaio e sem-vergonha. Essas palavras não condizem com o nível que esta Casa merece de debate democrático.

Por fim, quero dizer, rebatendo aqui o que o representante do PT disse nesta tribuna: que amanhã teremos manchetes, mostrando um vídeo. Vários vereadores pouparam de subir aqui e mostrar os vídeos das pedras arremessadas contra a Guarda Municipal. Eu quero lhe dizer que as manchetes já estão publicadas. Existe um veículo, talvez o maior veículo de comunicação, que já coloca manchetes, só que com o vídeo desde o início, com a agressão que os servidores da Guarda sofreram, com as pedras arremessadas, porque nada é apenas de um lado. Sobre isso, eu queria fazer um apelo aos servidores públicos, aos valorosos servidores públicos da Prefeitura: o Simpa é um sindicato partidarizado! Em sua maioria, talvez 90%, os diretores são do PT e do PSOL. Fui corrigido, tem o PCdoB, como um gritou ali. O bom servidor tem que prestar atenção numa coisa, porque tem diretor do Simpa que está liberado de prestar serviço público na ponta para trabalhar para o sindicato, mas não trabalha para o seu sindicato, estava aqui na frente, como também em dias de semana, em horário de expediente, com bandeira do PT, da Sofia, do PSOL, da Fernanda Melchionna. Então, é um cabo eleitoral partidário, que está lá, graças ao poder público e a você servidor. Na próxima eleição do sindicato, esse que mente... Eu quero deixar claro que a mentira não é amanhã, e não foi ontem: o Twitter do Simpa acaba de mentir dizendo, pasmem, que o que os vereadores votaram aqui retira 60% dos salários deles. Isso é mentira! Como é mentira que este governo quer vender postos de saúde, como é mentira que o DMAE está aqui para ser privatizado. O que nós não aguentamos mais é a politicagem e o

tentáculo partidário que se transformou um sindicato que não representa o bom servidor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Declaração de Voto): Ver.^a Mônica, presidente desta Casa, em nome da liderança do governo e dos vereadores, em primeiro lugar, quero agradecer a V. Exa. a condução dos trabalhos, a gente sabe o quanto é difícil presidir a Casa em momentos como este, mas V. Exa. está de parabéns pela forma democrática como conduziu desde que este projeto chegou à Casa e, agora, completa com toda a galhardia. Então, parabéns, Presidente. Quero agradecer ao prefeito municipal Marchezan por ter me honrado em ser líder do governo. Agradecer a cada um dos vereadores que confiaram no nosso trabalho e que discutiram todas as emendas, todo o projeto, nada aqui foi feito além de muita discussão, cada emenda que foi colocada foi discutida com cada um dos senhores, e por terem confiado também a liderança e confiado seu voto na condução dos trabalhos. Então, quero agradecer a todos os 23 vereadores que junto comigo somaram 24 votos favoráveis a este projeto.

Quero fazer a leitura da nossa Declaração de Voto ao PLCE nº 002/19. (Lê): “A aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLCE) 02/2019 se faz necessária dentro de um conjunto de medidas, para que Porto Alegre volte a ter poder de investimento. Tendo o déficit como rotina anual, hoje a máquina pública inchada trava a Capital, que tem dificuldade de atender áreas mais sensíveis, como saúde, educação e infraestrutura. O PLCE em questão é um instrumento de retomada do crescimento, atualizando as vantagens dos servidores públicos que, embora mereçam boas remunerações, essas vantagens necessitam de atualização para se enquadrar na realidade do nosso município. O PLCE foi revisto em relação ao enviado pela Prefeitura Municipal à Câmara de Vereadores em 2018, retirando da pauta os regimes item que mais era o mais reivindicado pelos servidores, deixando clara a disposição do Executivo em ceder e chegar a um acordo. Além disso, por considerarmos que os direitos adquiridos são intocáveis, votamos sim com a certeza de que as propostas que hoje são pautadas não retroagem, garantindo os direitos já adquiridos, inclusive sem atingir os aposentados. O que passa pela Câmara de Vereadores hoje já foi discutido e aprovado nas esferas estadual e federal. Considerando que somos parte desse contexto, esta e outras medidas amargas precisam ser executadas, pois o que se considera como mais importante aqui é a Porto Alegre para todos. Assim, precisamos pensar e colocar em prática ações que priorizem o interesse público. Cabe ressaltar, também, que o Executivo garantiu que essa e outras medidas de um conjunto resultarão no debate e

criação do Plano de Carreira em um futuro próximo, alterando remuneração real dos servidores, que hoje é defasada em muitas áreas. O que precisamos compreender é que não chegaremos a este debate sem atualizar os chamados ‘penduricalhos’, hoje sendo realidade apenas no serviço público. Os vereadores que assinam este documento têm a clareza de que além de enquadrar a capital em uma realidade de crise que hoje todos vivem, a aprovação deste projeto dialoga diretamente com a garantia da aposentadoria dos servidores municipais em um futuro próximo. Aliado a isto, votamos sim por entender que a população de Porto Alegre será favorecida com essas medidas. [E quero agradecer a todos.] Ver.^a Mônica Leal, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Cassio Trogildo, Ver. Paulo brum, Ver. Rafão Oliveira, Ver. Nelcir tessaro, Ver. José Freitas, Ver. Alvoni Medina, Ver. Hamilton Sossmeier, Ver. Felipe Camozzato, Ver. Reginaldo Pujol, Ver. Cláudio Conceição, Ver. Valter Nagelstein, Ver. Idenir Cecchim, Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver. André Carús, Ver. Mendes Ribeiro, Ver. Ricardo Gomes, Ver. Cassiá Carpes, Ver. João Carlos Nedel, Ver. Professor Wambert.” Essa é a relação dos 24 vereadores que assinaram. Muito obrigado. Uma Porto Alegre para todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Declaração de Voto): Sra. Presidente, apesar de ter votado a favor eu não assinei a declaração de voto e quero fazer a minha declaração de voto. (Lê.): “Este vereador vem declarar seu voto no sentido de que o nosso trabalho através da negociação com outras Bancadas deste legislativo melhorou significativamente com as Emendas aprovadas um Projeto que na sua origem sacrificava o servidor deste Município. Enfrentamos e mantivemos o Regime uma conquista que se tivéssemos perdido dilacerava a vida de todos, retiramos privilégios como o Art. 6º que criava uma casta aos privilegiados, aprovamos emenda que deixa consignado a parcela individual como forma clara e objetiva. Não foi o ideal, mas, o possível diante de perdas maiores que se avizinhavam com a aprovação pura e simples de uma matéria que envolve a vida de mais de 25.000 servidores. O nosso compromisso com os servidores é de um Plano de Carreira correlacionando os segmentos e as respectivas classes de cargos a níveis de escolaridade e padrões de vencimento. Cláudio Janta, vereador de Porto Alegre”.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, eu quero pedir ao Simpa que faça desta vez um *outdoor* só para mim, porque da outra vez eles me esqueceram quando homenagearam alguns colegas. Só isso, obrigado.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver.^a Mônica, quero pedir desculpas ao Ver. Moisés, porque ele não assinou e acabei não lendo o nome dele, e ao Ver. Cláudio Janta, que não quis assinar porque fez uma declaração à parte, mas também votou em conjunto, somando os 24 votos. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 00h42min: Feito o registro.
Encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 00h42min.)

* * * * *